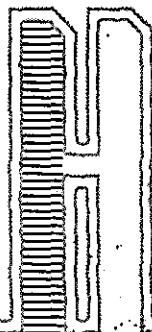




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 30

SÁBADO, 27 DE FEVEREIRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — Ata da 12ª Sessão, 26 de fevereiro de 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO — Municipalização dos serviços públicos de assistência médica.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Falecimento do Monsenhor Francisco Pinheiro Landim, no último dia 24, em Fortaleza-CE.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Avanço no cronograma da conlusão de etapas da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó — SE. Transcrição nos Anais do Senado de notícia veiculada no jornal *Correio Braziliense*, de 12-2-93 — intitulada CHESF anuncia energização da linha Xingó.

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Apoio à Cuba pela realização de eleições diretas, refletindo um pequeno avanço na democratização daquele país.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 20/92 (nº 7.445/92, na Casa de origem), que revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei da Câmara nº 146/92 (nº 3.354/92, na Casa de origem), que cria cargos em comissão na Secretaria do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo-SP, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 12/93, que autoriza a retificação da Resolução nº 92/92, que autorizou o Governo

do Estado de Sergipe a emitir 395.369.000.000 LFT/SE. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Justificando proposta de emenda à Constituição, que formalizará, oportunamente, propondo a transformação das regiões administrativas do Distrito Federal em Municípios a fim de receberem o Fundo de Participação dos Municípios a que têm direito.

SENADOR CÉSAR DIAS — Considerações sobre a notícia veiculada no jornal *O Globo*, intitulada Justiça demite oito suspeitos de assassinato de advogado. Suspeita de cumplicidade da Justiça de Roraima com o assassinato do advogado Paulo Coelho Pereira.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

Comparecimento do Senhor Ministro da Fazenda, Dr. Paulo Haddad, ao Plenário desta Casa, na sessão do dia 2 de março de 1993, para discussão de matéria constante da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993.

1.3.3 — Discursos após a Ordem do Dia — (continuação)

SENADOR EDUARDO SUPILY — Visita ao Estado do Acre juntamente com o Ministro da Justiça para analisar as condições da fuga dos assassinos de Chico Mendes. A impunidade no Brasil. O assassinato do Governador Edmundo Pinto (AC).

SENADOR NABOR JÚNIOR — Relatório da visita ao Estado do Acre integrando a Comitiva do Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, com a finalidade de avaliar as condições de segurança daquele Estado e a facilidade da fuga dos assassinos de Chico Mendes.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMÉRO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Ajusto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

1.3.4 — Comunicação da Presidência

Término do prazo para interposição de recurso, no sentido de inclusão em Ordem do Dia do seguinte projeto de lei, apreciado conclusivamente pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura:

— Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1991, que estabelece normas para a industrialização e a comercialização de substâncias minerais metálicas. Ao Arquivo.

1.3.5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

- 1.4 — ENCERRAMENTO
- 2 — MESA DIRETORA
- 3 — LÍDERES E VICE- LÍDERES DE PARTIDOS
- 4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 12^a Sessão, em 26 de fevereiro de 19933^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. Nabor Júnior, Lourival Baptista e César Dias

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — César Dias — Jarbas Passarinho — Jonas Pinheiro — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Marco Maciel — Mário Covas — Nabor Júnior — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Lourival Baptista, Srs. Senadores, o Ministro Jamil Haddad encaminhou há poucos dias, para estudo do Conselho Nacional de Saúde, uma proposta de municipalização dos serviços assistenciais médicos. Essa iniciativa, finalmente, vem definir métodos para a prestação efetiva e universalizada do amparo constitucionalmente devido pelo Estado à população.

A tanto determinam as imperativas disposições aprovadas pela Assembléia Nacional Constituinte ao definir que "a saúde

é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação".

A Constituição, em seu art. 23, inciso II, dispõe que "é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências". Mais adiante, institui a competência dos Municípios para a prestação dos serviços de saúde à população.

As ações e serviços públicos de saúde passam, portanto, a compor uma rede hierarquizada, de caráter regional, constituindo o Sistema Único de Saúde, SUS, financiado, entre outras fontes, pelos recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No entanto, Sr. Presidente, a área de saúde revela um cenário deprimente. Os profissionais queixam-se da ausência de uma política salarial digna, de condições apropriadas para o desenvolvimento de seu trabalho e da falta de uma perfeita integração entre as áreas de formação de mão-de-obra e de prestação de serviços.

O Orçamento da União, para o corrente ano, remete menos de 5% para a área social. A saúde, embora contemplada com maior quinhão, não poderá dispor de verbas superiores a 20 trilhões de cruzeiros.

Diante dessa realidade afigativa, a descentralização dos serviços de saúde será de vital importância, pois irá permitir o atendimento às diversidades regionais, garantindo, a nível de município, a viabilidade operacional e financeira da gestão e, em cada esfera de Governo, comando unificado que resguarda as respectivas autonomias.

A proposta do Governo intenta discutir soluções que transmitem um quadro preocupante. A saúde, de fato, a um superficial exame, sugere diagnósticos de sombrias perspectivas pelo variado e grande elenco de mazelas e fatores agravantes que resume.

O documento, de forma condensada, reporta-se às desigualdades sociais que comprimem, num quadro de recessão e de desemprego, grande parte da população. As políticas de redução das despesas públicas, adotadas em sucessivas crises econômicas recorrentes, tolheram o desenvolvimento dos programas sociais, especialmente os da área de saúde.

A Constituição consagra a saúde como um direito social, relacionando os princípios que devem nortear as ações do Governo com vistas a assegurar as condições para o seu exercício. Entre esses, avulta a descentralização do sistema, exigindo a construção do novo modelo assistencial e densas modificações na organização e funcionamento do SUS.

O Ministério da Saúde, assumindo, como prioridade absoluta, o cumprimento das disposições legais a ele pertinentes, formula um projeto de municipalização, propondo-se a discutir com os profissionais do setor e com a sociedade organizada os métodos de operacionalizar a pretendida descentralização.

No entanto, as transformações pretendidas dependem de um processo de transição, no qual as medidas inovadoras alcancem todos os Estados e Municípios em graus compatíveis com a capacidade de cada um em absorver novas responsabilidades gerenciais e políticas.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Ouço o aparte do nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Senador Valmir Campelo, o pronunciamento de V. Ex^a, como vem acontecendo às sextas-feiras, ultimamente, é da maior importância, porque nos dá a oportunidade de acompanhar, daqui, temas que significam muito e que vêm ao encontro das preocupações populares. V. Ex^a, hoje, reporta-se aos problemas de saúde em nosso País e enfoca o Sistema SUS como uma solução que já vem se arrastando, e que, por falta de recursos e até mesmo da vontade de alguns prefeitos, na sua maioria despreparados, ainda não pôde se realizar. Mas entendo que o principal problema da saúde no nosso País, nobre Senador, é a falta de recursos. Por outro lado, vejo que, enquanto o País se preocupa com a saúde, não se preocupa com a prevenção. Na realidade, o que eu gostaria de acrescentar ao discurso de V. Ex^a é que, enquanto não nos preocuparmos com a prevenção, com a saúde preventiva e com o saneamento básico, nós continuaremos a investir muito em saúde, porque o seu agravamento passa pela falta de condições de moradia, pela falta de emprego e pela fome, além da falta de recursos a que V. Ex^a se refere. Acredito que, hoje, eu, que sempre defendi a educação, acho que a saúde está em primeiro lugar, principalmente a prevenção das doenças. Hoje, nós vemos

em todos os jornais que a cólera está chegando ao Rio de Janeiro. É inadmissível que, numa cidade daquele porte, se possa ainda estar preocupado com doenças que deveriam ter sido debeladas em nosso País desde o século passado.

Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do discurso. Solidarizo-me com suas preocupações, mas peço vênia para advertir o Governo no sentido da prevenção, o que diminuirá o número de doenças. Consequentemente, obteremos mais sucesso com os poucos recursos dos quais dispomos. Obrigado a V. Ex^a!

O SR. VALMIR CAMPELO — Obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Magno Bacelar, pelas suas palavras, que só vêm somar a esta minha preocupação. V. Ex^a, que é um municipalista, sabe perfeitamente dos problemas locais de um município. E essa descentralização, certamente com a ajuda do poder central e com essa nova mentalidade política, servirá apenas para diminuir o problema que afigua hoje toda a sociedade brasileira: a saúde.

Dando prosseguimento às minhas palavras, Sr. Presidente, eu diria que: "No entanto, as transformações pretendidas dependem de um processo de transição, no qual as medidas inovadoras alcancem todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em graus compatíveis com a capacidade de cada um em absorver novas responsabilidades gerenciais e políticas. Nesse estágio, segundo o Ministério da Saúde, conviveriam, simultaneamente, três sistemáticas de relacionamento, representando situações progressivas de gestão, denominadas: "transicional e incipiente; transicional parcial e transicional semiplena".

Na primeira fase, as Secretarias Municipais de Saúde assumiriam a responsabilidade pelos credenciamentos, descrediamentos, controle e avaliação dos serviços contratados no Município, pela distribuição de autorizações de internação hospitalar, equivalentes a 8% da população e o gerenciamento da rede ambulatorial existente.

No seguinte, tanto a cidade como o Estado, além das responsabilidades anteriormente definidas, receberiam as verbas correspondentes à diferença entre o custeio dos prestadores públicos e privados de serviço e o teto financeiro fixado. Finalmente, na terceira fase, ambos receberiam, de forma direta, a totalidade dos recursos de custeio ambulatorial e hospitalar, elaborariam os convênios com o setor privado, pagariam e controlariam os serviços.

Ao termo do processo, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios assumiriam plenamente a gestão do Sistema Único de Saúde em suas respectivas esferas de competência. O repasse financeiro passaria a ser global, direto e automático, assegurado o fluxo regular das verbas de diversas fontes para o Fundo Nacional de Saúde, assim como a destinação e utilização efetiva de percentual entre 10 a 15% das receitas próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme assinalado.

Não será intempestivo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, extrair de tudo que dissemos algumas sólidas conclusões: o quadro demonstrativo das condições da saúde em nosso País mostra-se precário e ineficiente. Era, portanto, necessário que o Presidente Itamar Franco agisse, como de fato agiu, corajosamente, a fim de restaurar no corpo social a abandonada confiança nas ações dos seus governantes.

O projeto de "Municipalização das Ações e Serviços de Saúde", submetido ao Conselho Nacional de Saúde pelo Ministro Jamil Haddad, merece elogios, pois, na verdade, apresenta soluções para os problemas que tendem à perpetuidade

e proporciona o cumprimento dos direitos garantidos aos cidadãos, resgatando para os dias mais saudáveis e felizes toda uma população, abatida pela dor e pela doença, que busca o lenitivo de seus males nos serviços oficiais de saúde.

O Sr. Jonas Pinheiro — V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com o maior prazer, nobre Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro — V. Ex^a traz à Casa um assunto que é angustiante para todo o País, como o é também a Educação, como o são os programas da área social. O projeto de municipalização merece realmente o aplauso de todos, todavia, é necessário que seja cercado de todas as cautelas possíveis, para quando chegar o momento de sua implantação não haja recuos, e sim avanços. Digo isso até em função das sábias e experimentadas palavras do nobre Senador Magno Bacelar, que levantou a questão do despreparo e da escassez de recursos em que vivem mergulhadas as prefeituras de todo o País. E são as capitais e os municípios do interior que vivem esse angustiante problema. Ademais, a TV Globo está fazendo umas chamadas para o programa do *Fantástico* de domingo, onde um dos enfoques é a diminuição dos municípios do interior: a população de numerosas cidades do País diminui. É muito normal não se ver uma edificação nova, não se ver uma casa recém — pintada, isso é indicativo de que a população está migrando, saindo do interior e fugindo — por assim dizer — para as capitais. Essa migração agrava, em muito mais, o problema de saúde nas capitais. Todos sabemos que alguns municípios, apesar de grandes, como as capitais, e de terem recursos elevados, eles são insuficientes, todavia, para atenderem as suas populações que são crescentes a cada dia. Nobre Senador, embora seja imperativo o problema da municipalização da saúde, é necessário que se atente para essa circunstância de que será que todas as prefeituras estão preparadas para receber essa responsabilidade? Eu advogo a tese de que devemos estabelecer um prazo, durante o qual esse problema vá sendo transferido de forma gradual, gradativa, para que não dê um choque em cima dessas prefeituras que não têm recursos para bancar as consequências da municipalização da saúde. Foi assim na educação também. Os municípios não estavam preparados para receber o impacto que foi causado pela Lei nº 5.692, que entregou aos municípios uma parcela muito grande e continua, portanto, a União a bancar, não só a construção de escolas como também grande parte do ensino fundamental. Mas, há uma esperança em tudo isso. Estamos convencidos de que há um processo de transparência na administração pública de forma crescente. Eu creio que isso é consequência do resultado do *impeachment* do Presidente Collor, onde muitos prevaricaram e foram punidos, inclusive S. Ex^a, com a perda do mandato. De modo que, a se generalizar essa preocupação com critérios na administração pública, a Lei de Licitações, recém-aprovada na Casa, deverá contribuir muito para que o processo administrativo seja realmente bem conduzido e os recursos passem a render mais. Nobre Senador, trago aqui o meu aplauso a V. Ex^a pela sua constante preocupação com os problemas, especialmente sociais, que penalizam toda a população. Neste momento é necessário que as vozes se unam e as ações se multipliquem na defesa da nossa sociedade tão sofrida.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado, nobre Senador Jonas Pinheiro. V. Ex^a tem toda razão. Acho que realmente esse processo é lento. Não é apenas transferência

de responsabilidades, mas principalmente a descentralização dos recursos financeiros, que hoje são centralizados no Poder Executivo — na União — para os Estados e, particularmente, para os Municípios.

Este plano do Ministro Paulo Haddad visa exatamente isso. Não é apenas transferir a responsabilidade do serviço, mas também descentralizar, dar maior autonomia aos Estados e Municípios na gerência também dos recursos. É um problema de confiabilidade e que a sociedade tem de ter no chefe do poder municipal local.

Quer dizer, essa transferência de recursos é importante também, não só das atividades da saúde e da educação, mas, também, como V. Ex^a disse e salientou, é importante também as condições, porque todos sabemos da precariedade dos Municípios.

O Sr. Jonas Pinheiro — Quero chamar a atenção, sobre tudo, nobre Senador, para a experiência que de contar muito nesse processo. Não é só o recurso material, orçamentário, o dinheiro, mas o recurso humano, em termos de pessoal qualificado. É um somatório muito grande de valores de todas as naturezas. Quero chamar a atenção para isso: não é só a transferência da responsabilidade ou do dinheiro, e sim a existência de estrutura, inclusive a principal, que é a de pessoal com conhecimento dos problemas de saúde, porque nunca tiveram essa responsabilidade e esse compromisso, a municipalidade nunca se ocupou desse problema; foram sempre a União e o estado que bancaram esse tipo de atendimento à população.

O SR. VALMIR CAMPELO — Fico muito satisfeito com as palavras de V. Ex^a e pelos esclarecimentos que nos proporcionou.

O Sr. Pedro Teixeira — Senador Valmir Campelo, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Concedo com muita honra a palavra ao meu colega e amigo, Senador Pedro Teixeira.

O Sr. Pedro Teixeira — Nobre Senador Valmir Campelo, faço eco com o meu Líder, Senador Magno Bacelar, quando louva V. Ex^a que, nas sextas-feiras, tem-nos brindado com as causas comunitárias da maior significação. Esse problema de contribuir, trazendo a saúde para os municípios, dentro de parâmetros bem fundamentados e aventados pelo nobre Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a deve continuar defendendo. Vamos dar um pequeno testemunho de uma visita que fizemos à Cuba, há cerca de oito meses, quando vimos in loco os planos de saúde daquele governo, que atravessa momentos difíceis, uma vez que ficou órfão do Leste Europeu e não conseguiu uma paternidade junto aos Estados Unidos da América. Eles atravessavam uma fase difícil, mas posso atestar e assegurar — como subsídio, por certo, ao Ministro da Saúde, para projetos de grande envergadura que surgirão e para os trabalhos que estão sendo preconizados por V. Ex^a — de que, em Cuba, há, por exemplo, um médico de la família. São cadastradas 180 famílias num bairro e o médico reside, necessariamente, ali; em baixo, funciona seu consultório, e, na parte superior, a sua residência.

O SR. VALMIR CAMPELO — É um médico comunitário.

O Sr. Pedro Teixeira — Sim, é um médico comunitário. Na verdade, o que ele faz? Os recursos municipais não precisam ser de grande monta, porque esses médicos cuidam das

diarréias e dos pequenos problemas, evitando, exatamente, o que ocorre no Brasil, quando se tem, num ambulatório de um hospital, um menino que teve uns cinco ou seis pontos nos lábios ao lado de um homem que amputou a sua perna, um quadro dramático e tétrico. Na verdade, essa medicina preventiva e paliativa permite que o médico, inclusive, conheça a problemática da comunidade onde trabalha, oferecendo palestras sobre partos e preparando a comunidade a respeito de epidemias que possam surgir. Uma vez esgotadas as possibilidades do atendimento comunitário, há, ainda, naquele bairro ou naquele município, um ambulatório de pequena monta, onde os pequenos exames podem ser feitos por outra equipe médica, de forma que, quando algum paciente tem necessidade de ser encaminhado aos grandes hospitais, por causa de uma enfermidade que não pôde ser combatida na medicina preventiva ou na paliativa, ele já chega com seu prontuário preparado para o médico que vai operá-lo, evitando, assim, os grandes trânsitos, sendo diretamente conduzido para os hospitais especializados: para o infantil, para o de vitiligo, para o de câncer, de acordo com as necessidades. Se ocorrer um projeto desse jaez, com as devidas adaptações às problemáticas regionais brasileiras — nem tudo o que serve a Cuba pode servir ao Brasil evidentemente, temos as nossas peculiaridades — acho que poderemos atacar uma problema muito grave. Vi ontem, com muita felicidade, que 29% do orçamento será destinado à saúde brasileira, contra 3% da educação, mas concordo, na verdade, com a prioridade da saúde, que, aqui, foi também aventada e sustentada pelo Senador Magno Bacelar. Ninguém pode ir à escola e ter um bom desempenho, se não tiver saúde. Temos prazer em louvar esse discurso de V. Ex^a, nesta sexta-feira, esperando que encontre ressonância junto a quem de direito, e nos colocamos à disposição, nesta Casa do Congresso, criando comissões sérias de projetos de trabalho, para que esse povo, principalmente nas migrações internas, que se transfere para a grande capital, não cause tantos problemas econômicos, como ocorre em Brasília que é, realmente e graças a Deus — a mãe de todos os brasileiros, cidade de todos os brasileiros. Defrontamo-nos com a problemática exatamente de termos um Hospital de Base e um Hospital Central, resolvendo os problemas de todas as Cidades Satélites, de todo o entorno e de todo o Brasil, o que queremos continuar fazendo. Precisamos, na verdade, que esse plano de saúde, que será elaborado, seja atacado com vigor, obtendo a mesma seriedade, o mesmo calor do debate desta Casa, aqui creditado a outras matérias. Parabéns a V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento e esclarecimento que nos presta.

O SR. VALMIR CAMPELO — Nobre Senador Pedro Teixeira, fico muito agradecido pelas palavras de V. Ex^a, que traz, aqui, um caso comprovado por V. Ex^a em Cuba, que é a descentralização da saúde, o médico comunitário, aquele médico que conhece de perto a comunidade e a acompanha, podendo, inclusive, fazer a prevenção.

Quero fazer justiça aqui, porque o nosso colega, Senador Jarbas Passarinho, quando Ministro da Previdência Social, deu apoio substancial para a descentralização da saúde em nossa Capital, criando os postos de saúde em todas as cidades satélites e no Plano Piloto.

Na época, o Secretário de Saúde, o Deputado Jofran Frejat, criou e implantou no Distrito Federal o Centro de Saúde — a descentralização — que filtrava para os hospitais maiores, como o Hospital Regional de Taguatinga e o Hospital de Base, os grandes problemas. Tínhamos na cidade, como temos até hoje, uma espécie de filtro, de peneira. O médico

dos postos de saúde das cidades satélites e do Plano Piloto conhecem os pacientes, praticamente, pelo nome, acompanham o desenrolar da doença até concluir o tratamento do paciente.

De forma que, o Ministro Jarbas Passarinho, à época, teve essa visão da descentralização da saúde, trazendo um benefício inestimável para o Distrito Federal, ao qual Brasília, hoje, é grata.

O Sr. Jarbas Passarinho — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jarbas Passarinho — Quero agradecer a V. Ex^a esse testemunho, que se deve também, como acabou de dizer, à eficiência do Dr. Jofran Frejat. Apenas uma reminiscência que me vem, Senador Valmir Campelo, é a tristeza que tive ao verificar depois, com as transformações administrativas do Brasil, o que se deu com o Inamps. Naquela altura, a que V. Ex^a se refere, tínhamos 3 orçamentos no Brasil: Orçamento Fiscal, Orçamento Monetário e Orçamento das Estatais. Apenas o Orçamento Fiscal passava pelo Congresso, e aliás imune a qualquer "sete anos", porque dificilmente mexiam nele. Acontece que, quando fizemos o orçamento, verificamos que o primeiro Orçamento do Brasil era de 26 trilhões de cruzeiros — tenho certeza deste número. O Orçamento do meu Ministério, que era o da Previdência e Assistência Social, era o segundo, com 16 trilhões de cruzeiros. O terceiro Orçamento do Brasil era o de São Paulo. Pois bem, o Inamps tinha, nos 16 trilhões, 6 trilhões; e o Ministério da Saúde, que era dirigido pelo Ministro Arcoverde, tinha 300 bilhões, ou seja, 20 vezes menos. Fizemos as ações descentralizadas no Brasil, a que V. Ex^a se refere, e nem foi invenção minha, já vinha do tempo anterior, de Hélio Beltrão. Apenas dinamizamos aquilo com excelente resultado, inclusive na diminuição de filas. Infelizmente, depois, vi que o menor assumiu o maior, o pequeno absorveu o grande: o Inamps passou para o Ministério da Saúde, que agora se queixa de que, muitas vezes, o Ministério da Previdência não transfere, em tempo oportuno, esse dinheiro. A Saúde Pública está sendo mantida, da maneira pela qual V. Ex^a está fazendo justa crítica, pela cota dupla de contribuição, do empregador e do empregado.

E o Orçamento da União cada vez se retrai mais. Agradeço a V. Ex^a o valioso testemunho, que é muito carinhoso. A decisão de fazer uma modificação administrativa teria uma boa explicação: não se poderia ter uma medicina preventiva e uma medicina curativa completamente diferentes em cada Ministério; precisaria haver uma conjugação. Nesse sentido, pensei no Ministério do Bem-Estar, mas infelizmente — peço-lhe apenas que abrigue minha tristeza — o quadro que se apresenta hoje é diferente. Veja V. Ex^a os desvios do SUS. Muito obrigado.

O SR. VALMIR CAMPELO — Sou eu quem agradeço, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Mesa solicita a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento, pois seu tempo já está esgotado.

O Sr. Lourival Baptista — Pediria a V. Ex^a um pequeno aparte.

O SR. VALMIR CAMPELO — Com o maior prazer, ouço o nobre colega, Senador Lourival Baptista, médico e amigo de todos nesta Casa.

O Sr. Lourival Baptista — Não foi só o Distrito Federal que contou com o apoio do então Ministro Jarbas Passarinho, da Previdência Social. O meu pequenino Sergipe também obteve, não na dimensão dada a Brasília, apoio valiosíssimo de S. Ex¹.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado, nobre Senador Lourival Baptista, pelas palavras e pela justiça que faz ao então Ministro Jarbas Passarinho, hoje Senador da República.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o projeto de municipalização das ações e serviços de saúde, submetido ao Conselho Nacional de Saúde pelo Ministro Haddad, merece elogios, pois, na verdade, apresenta soluções para problemas que tendem à perpetuidade e proporciona o cumprimento dos direitos garantidos aos cidadãos, resgatando para dias mais saudáveis e felizes toda uma população abatida pela dor e pela doença, que busca o lenitivo dos seus males nos serviços oficiais de saúde.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Lourival Baptista deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Por cessão do Senador Affonso Camargo, concedo a palavra ao Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo apenas comunicar a esta Casa, com pesar, o falecimento, ocorrido anteontem em Fortaleza, do Monsenhor Francisco Pinheiro Landim, sacerdote dos mais virtuosos, que se impôs à admiração e ao respeito da sociedade cearense pelo absoluto e correto desempenho do seu múnus apostólico.

Conheci-o, Sr. Presidente, desde os primórdios do seu frutuoso sacerdócio quando, ao sair do Seminário da Prainha, em Fortaleza, iniciou sua trajetória ao lado do grande e inovável pastor, Dom Antônio de Almeida Lustosa, que o escolheu para seu secretário.

Por mais de vinte anos — durante todo o pastoreio de Dom Lustosa à frente da província eclesiástica do Ceará — o Padre Pinheiro Francisco Landim mostrou-se dedicado, acompanhou o antistite em todos os momentos, em visitas pastorais, audiências, enfim, no desempenho dos encargos vinculados ao exercício do comando da Arquidiocese de Fortaleza.

Posteriormente, em virtude do seu talento e da sua competência, o ilustre cearense realizou um curso de doutoramento em Direito Canônico, em Roma, onde permaneceu durante quatro anos, alicerçando os seus conhecimentos, consolidando sua cultura e retornando ao Ceará para ocupar uma posição no Tribunal Eclesiástico da Arquidiocese de Fortaleza.

No dia 17 de fevereiro de 1992, deflagrou-se, em nossa Capital, uma campanha pela beatificação de Dom Antônio de Almeida Lustosa. Na oportunidade, Monsenhor Francisco Pinheiro Landim foi indicado pelo Cardeal Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, pelo Clero e pelas instituições pias para presidir a comissão que se incumbiria do assunto.

Lembro-me de que a Catedral de Fortaleza encontrava-se repleta de fiéis, que se desejavam integrar na campanha meri-

tória de reconhecimento, pela Santa Sé, das qualidades excepcionais do extraordinário Pastor, Dom Antônio de Almeida Lustosa. Naquela oportunidade, dois livros foram lançados: um do Padre e Monsenhor Francisco Pinheiro Landim; outro, do escritor Vinícius Barros Leal, meu colega do Instituto do Ceará, que me deu a honra, diante daqueles cinco ou seis mil fiéis, de fazer a apresentação da obra que reproduziu, com absoluta fidelidade, toda a trajetória de D. Antônio de Almeida Lustosa: suas virtudes, como pastor dos mais dedicados à orientação das almas; a sua capacidade intelectual, como autor de um imenso acervo de obras publicadas.

O díngio Pe. Francisco Pinheiro Landim vivenciou, de perto, todas as atividades eclesiásticas de D. Antônio de Almeida Lustosa — desde 1941, naquele 5 de novembro, quando chegou a Fortaleza, até os instantes em que resignou a Arquidiocese em razão da idade. É conhecido como um dos biógrafos mais acreditados de D. Antônio.

Foi esse homem, Sr. Presidente, que faleceu anteontem e que, às 9h de ontem, na Catedral Metropolitana de Fortaleza, teve o seu corpo velado numa missa de corpo presente que contou com a presença de seus colegas de sacerdócio e de uma incomputável massa de fiéis.

Ausente de Fortaleza, porque permaneci em Brasília no dia de ontem, não pude estar presente ao sepultamento do Monsenhor Francisco Pinheiro Landim. Daí por que entendi ser meu dever ocupar a tribuna na manhã de hoje, para render o preito da minha profunda admiração e saudade àquele grande de amigo, àquele sacerdote de virtudes peregrinas, que tem um lastro de serviços prestados ao povo do meu Estado.

Aqui fica, portanto, Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, a homenagem que presto neste instante — acredito que posso fazê-lo também em nome dos eminentes Colegas Cid Sabóia de Carvalho e Beni Veras — ao Monsenhor Francisco Pinheiro Landim, considerado por nós, laicos, como um homem que soube cumprir a missão do Evangelho e cujo exemplo será sempre seguido pelos seus colegas de sacerdócio.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há vinte anos, desde maio de 1972, venho acompanhando com grande interesse o desenvolvimento de uma obra fundamental para o Nordeste, cujo empreendimento se configura como uma das maiorias obras de engenharia deste final de século, um verdadeiro monumento à competência técnica e à criatividade dos brasileiros.

Sobre esse magno projeto de engenharia já falei quatorze vezes, anunciam ou comentando suas diversas etapas, fases ou fatos importantes, relacionados com a sua execução e com a luta que seus protagonistas têm exercitado nesses últimos anos para sua conclusão.

Falo sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, que em dezembro do ano passado já contava com mais de 60% de suas obras civis concluídas e ao final do projeto produzirá 18 bilhões de quilowatts/hora/ano, o que representa mais de 50% do consumo futuro de energia elétrica da região Nordestina, com a geração de cerca de 25% de todo o potencial hidrelétrico da região. Mesmo antes do funcionamento de sua primeira turbina, previsto para agosto do próximo ano, a construção dessa hidrelétrica tem trazido grandes benefícios imediatos para o Nordeste, principalmente para Alagoas e Sergipe, com a criação de milhares de novos empregos, am-

pliando o mercado de trabalho e estimulando a área de prestação de serviços e setores do campo industrial, provenientes dos investimentos que vêm sendo realizados, estimados em cerca de 3,2 bilhões de dólares até o final do projeto.

Dessa forma, antes de produzir energia, Xingó já promoveu em nosso Estado o surgimento de uma nova cidade, denominada Canindé, ligada à malha viária de Sergipe por uma rodovia pavimentada de 100 quilômetros, que beneficiará uma extensa área de grande potencial para a agricultura irrigada, destinada à produção de alimentos, criando possibilidade para mais de 100 mil novos empregos na atividade rural.

Pela notícia que tem circulado sobre essas extraordinárias finalidades e benefícios da usina Hidrelétrica de Xingó para o Nordeste e para o País, este assunto, hoje, é do conhecimento e interesse de grande parte dos brasileiros bem informados.

Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar, com alegria e entusiasmo, a minha satisfação ao ler uma pequena nota no *Correio Braziliense*, edição de 21 do corrente, quase perdida entre as manchetes e o grande noticiário dos jornais e da imprensa, de um modo geral, relacionado em sua maior parte com os eventos carnavalescos deste período.

Foi no retiro espiritual que fiz, no meu recolhimento em casa durante estes dias de carnaval, atualizando a minha correspondência e pondo em dia as minhas leituras, que colhi esta pérola de notícia, informando o seguinte:

“A Chesf energizou esta semana a linha de transmissão de 230 quilowatts, unindo a subestação Paulo Afonso — 3, Bahia, com a subestação de Rio Largo, Alagoas, ao longo dos 270km de extensão, alimentando os Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia.

Este é o grande acontecimento que marca mais uma etapa decisiva da construção de Xingó. Esta linha que custou US\$50 milhões vai transportar, a partir de agosto do próximo ano, com a inauguração da primeira turbina, a energia a ser gerada em Xingó.”

Sr. Presidente, esta rede construída para operar em até 500 quilowatts, construída com roteiro e especificações técnicas adequadas e previamente definidas, permitirá no futuro a alternativa de interligar a subestação de Xingó com as subestações de Paulo Afonso — 4 e Messias, melhorando, no presente, o funcionamento de grande parte do sistema Chesf e proporcionando em um futuro próximo o escoamento de energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Xingó, a partir da sua primeira turbina que começará a funcionar em agosto do próximo ano.

É com grande satisfação e entusiasmo que registro esse evento fundamental para o cumprimento da programação estabelecida nos cronogramas de funcionamento da hidrelétrica de Xingó — antes sonho e já realidade — para melhoria das condições de vida de 40 milhões de brasileiros que serão beneficiados com o programa que a energia de Xingó trará para a região nordestina e para o Brasil.

Ressalto que a grande obra de Xingó virá beneficiar nove estados da região. São eles: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Maranhão. Portanto, é um empreendimento que beneficiará os nordestinos e é do interesse dos seus representantes, que também estão ansiosos pela sua conclusão. Essa obra, tenho certeza, contará com o apoio do Presidente Itamar Franco que tudo fará para que seja concretizada no prazo previsto, pois representa a necessidade e a esperança de 1/3 da população

brasileira que vive e labuta nessa região sofrida pela inclemência das secas e que tanto carece da atenção dos poderes públicos.

Finalizando, Sr. Presidente, desta tribuna, quero me congratular com o Ministro de Minas e Energia, Paulino Cícero, com quem estivemos, o Senador Albano Franco e eu, em 17 de novembro do ano passado, para tratar de assuntos relacionados com a continuidade das obras da hidrelétrica, ocasião em que S. Ex^a nos assegurou, conforme determinação que recebera do Presidente Itamar Franco, o cumprimento desse cronograma; e congratular-me, também, com o corpo diretivo e funcional de Xingó pelos resultados admiráveis que vem alcançando e que honram a capacidade técnica, laborial e criativa do trabalhador brasileiro, pois esta é, na realidade, mais uma obra que enaltece a inteligência e a grandeza da Nação brasileira.

Sr. Presidente, junto com o meu pronunciamento, peço a transcrição da nota a que me referi, publicada no *Correio Braziliense*, edição de 21 de fevereiro de 1993, intitulada: “Chesf anuncia energização da linha de Xingó”.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA:

21-2-93

Correio Braziliense

CHESF ANUNCIA ENERGIZAÇÃO DA LINHA DE XINGÓ

Recife — A Chesf energizou esta semana a linha de transmissão em 230 quilovolts, unindo a subestação de Paulo Afonso III (Bahia) com a subestação de Rio Largo (Alagoas), ao longo de 270 quilômetros de extensão, alimentando os Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. O empreendimento resultou num investimento de 50 milhões de dólares, financiado pelo Banco Mundial (BIRD). A linha vai transportar, a partir de agosto do próximo ano, a energia a ser gerada na Hidrelétrica de Xingó.

A energização provisória em 230 quilovolts foi significativa para o sistema de transmissão da Chesf, proporcionando a redução de 20 megawatts médios nas perdas de transmissão, melhorando os níveis de tensão das subestações de Angelim (Pernambuco) e Rio Largo, e aperfeiçoando o atendimento à Celpe (PE), Ceal (AL) e à Salgema, maior consumidor industrial da Chesf, informa o Diretor de Planejamento e Operação, Roberto Alcoforado. Além disso, evitará a interrupção no fornecimento de até 70 megawatts, em casos de desligamento das linhas de transmissão de 500 e 230 quilovolts, na área.

A linha foi construída para operar em 500 quilovolts, com a rota previamente escolhida permitindo no futuro o seu seccionamento e, assim, interligar a subestação de Xingó com as subestações de Paulo Afonso IV e Messias, proporcionando o escoamento da energia gerada pelo Complexo Hidrelétrica de Xingó.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço hoje uma pequena declaração de apoio a Cuba. Os jornais publicam o resultado de uma eleição direta, a primeira em 34 anos, realizada na ilha dirigida pelo Sr. Fidel Castro.

A democracia está avançando tanto em Cuba que foram 589 os candidatos, e todos foram eleitos. Esse é um resultado fantástico! E foram eleitos por uma circunstância: bastava que obtivessem 50% da votação de aceitação da cédula única.

O mais interessante é que o *premier*, o Presidente, que poucos chamam de ditador, Fidel Castro (e que tem no Brasil certos admiradores, a tal ponto que quando fazem uma viagem ao exterior, obrigatoriamente, passam pela ilha de Cuba), o ditador disse uma frase realmente antológica, que os jornais de hoje publicam com muita ênfase: "O tempo passa e os corredores, mesmo de maratona, se cansam; de maneira que estou pensando em deixar o governo daqui a 5 anos". É um avanço fantástico.

Recordo-me bem, Sr. Presidente, do tempo em que desta tribuna defendia o Presidente Figueiredo — e nunca fui desse compromisso com o movimento cívico-militar de 1964 — e éramos sempre chamados de ditadura militar.

Eu vi uma ditadura militar no Peru, quando era Ministro da Educação. Havia uma reunião de todos os ministros da OEA e coube-me saudar o governo do Presidente e General Juan Velasco Alvarado. S. Ex^a, na hora do agradecimento, disse que o Peru estava disposto a ter um regime para puxar a orelha direita do irmão poderoso da direita, que eram os Estados Unidos, e a orelha esquerda do irmão poderoso da esquerda, que era a União Soviética. Então, dei-me conta do poder fantástico que o Peru poderia ter, a partir daquele momento, acreditando que poderia justamente puxar a orelha, como ele disse, ou advertir ou criticar as duas superpotências do mundo.

Todos os ministros e generais eram fardados, e o meu correspondente, General Risueño, convidou-me para conhecer o Ministério da Educação no Peru. Fui até lá, Sr. Presidente, e vi todos fardados também: generais, ministros, coronéis. Apenas uma pessoa estava à paisana: uma senhora que passou — não sei se era sargento — e estava presente à reunião dos Ministros da OEA.

Essa recordação me veio à mente exatamente agora porque inúmeras vezes, nesta tribuna, enfrentei uma poderosa oposição. V. Ex^a, que hoje nos preside, já era um Deputado de oposição pelo Acre, na Câmara dos Deputados, e depois veio para o Senado Federal. É evidente que se eu fosse ater-me àquela definição de Maurice Duverger, que dizia que democracia existe onde os governados elegem livremente os governantes, e os partidos de oposição podem chegar ao poder, se analisássemos isso até o limite dos prefeitos naquela altura, teríamos uma democracia municipal no Brasil, e não eleição direta para governador e menos ainda para Presidente da República.

De qualquer modo, havia um pulmão pelo qual a democracia ainda respirava. Havia uma possibilidade de transformar o Senado numa caixa de ressonância e através dela chegar a toda publicação que se fazia no Brasil.

A partir do Governo do Presidente Castello Branco, quando não havia censura à imprensa, e do Governo do Presidente Geisel, e depois no período do Governo do Presidente João Figueiredo, toda censura desapareceu também.

Hoje, o que vejo é que os adoradores de Cuba fazem uma saudação especial ao Primeiro-Ministro: eles não dizem "o ditador". Que resultado poderia ser diferente em uma eleição em que apenas há uma lista única de candidatos, para que o povo a aceite ou não, dentro de um regime de delação permanente, a delação do quarteirão? Cada quarteirão com seu delator: a pessoa que é ocupada, preocupada e mantida

pelo Governo para fazer qualquer denúncia correspondente a qualquer desvio chamado contra-revolucionário.

Sr. Presidente, a minha breve oração é exatamente para saudar o que se está passando em Cuba. Para nós, fora de qualquer dúvida, isso significa um avanço que deve ser saudado e é a razão pela qual estou na tribuna encerrando estas minhas palavras.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy — Prezado Senador Jarbas Passarinho, julgo importante que V. Ex^a faça essa saudação ao que considero um passo na direção da democratização de Cuba. Compartilho com V. Ex^a a opinião de que seria um passo mais adequado, mais importante, mais significativo, a ser efetivamente saudado com alegria por todos aqueles que realmente batalham por democracia no Brasil, no mundo, em todos os países, se tivesse havido eleições, em Cuba, com partidos de oposição participando, com a possibilidade do livre debate — não apenas para os candidatos do Partido Comunista em lista única, incluindo, desta vez, o próprio Presidente Fidel Castro — com a possibilidade de estarem competindo adversários que apresentassem suas sugestões e suas idéias para o país por intermédio dos meios de comunicação. Falo como Senador, líder e membro do Partido dos Trabalhadores, que, efetivamente, ao longo de sua existência de treze anos, tem tido uma postura de fraternidade com relação a Cuba e mesmo um diálogo fraterno com o Presidente Fidel Castro, sem deixar, entretanto, a cada momento, de expressar a opinião relativamente à natureza do sistema cubano; consideramos que é preciso levar em conta todas as condições que, primeiramente, levaram o povo cubano a deflagrar uma revolução contra um regime que era, por todos os modos, abençoados, caracterizado por benesses, pelo beneplácito do Governo norte-americano, para ali serem instauradas uma ditadura e diversos governos, mas que culminaram com a ditadura que foi caindo de podre, a de Fulgêncio Batista. E ali, então, Fidel Castro liderou um movimento que tinha, inclusive, o grande apoio da opinião pública mundial. Pouco a pouco, Fidel Castro firmou um regime que teve por objetivo a construção do socialismo, com a implantação de um regime sob o comando de um partido único, o Partido Comunista, que, na sua avaliação, deveria, por um largo tempo, instaurar o que se chamou a necessidade de um regime com um partido único. O Governo dos Estados Unidos anteriormente ajudara um regime odioso, que realmente, por todos os indicadores sociais, frustrava os anseios não apenas de democracia, mas também de participação econômica e social para todo o povo. Esse mesmo Governo, então, passou a liderar um movimento de boicote ao regime cubano. Embora progressivamente os governos dos países da América Latina passassem a se liberar da pressão do Governo dos Estados Unidos para acompanharem suas ações de boicote ao regime cubano, tendo, inclusive, o Brasil — já ao tempo dos governos dos quais V. Ex^a participou como Ministro, tanto nas fases do Governo Figueiredo e, especialmente, durante o Governo Collor — se aproximado e restabelecido as relações diplomáticas e comerciais com Cuba, os Estados Unidos, até hoje, insistem em dificultar o que poderia ser uma abertura pulmonar, até para que Cuba viesse a provar a possibilidade de o seu regime e sua experiência social se tornarem efetivamente válidos sem o cerco

econômico que o Governo dos Estados Unidos continua impondo.

É interessante observar, a respeito dessas citações do Presidente Fidel Castro, que, após muitos anos, pela primeira vez, ele passou a fazer elogios ao Presidente dos Estados Unidos, no caso, o novo Presidente Bill Clinton, afirmando que ele não parece ser um homem beligerante, mas um homem de paz e de ética. Ele faz um paralelo entre ele e seus antecessores republicanos: George Bush, Ronald Reagan, para não falar de outros ainda, como Richard Nixon. Eu gostaria de ressaltar que, se o Governo Bill Clinton, dos Estados Unidos, realmente promover uma relação de maior abertura, com base na ética e no efetivo diálogo com o governo cubano, quem sabe seja possível uma saída pacífica para uma transformação que assegure inclusive a Cuba uma experiência onde os valores importantes que foram ali colocados, como os de busca de justiça, de solidariedade, de fraternidade e de maior igualdade entre os povos, possam tornar-se compatíveis com o grande anseio da Humanidade inteira, que é o de liberdade e de democracia. Avalio que o Brasil, em especial, seja um governo que pode ajudar nessa direção, nesse diálogo. Sinto muito, Senador Jarbas Passarinho, que, em virtude de condições domésticas, internas, não tenha tido sucesso a política, iniciada pelo Governo Collor, de aproximação e de diálogo respeitoso com o Presidente Fidel Castro, que esteve aqui na posse do ex-Presidente. Foram muito interessantes os diálogos havidos — V. Ex^a deve ter participado deles. Eu mesmo tive oportunidade de dialogar com o Presidente Fidel Castro numa audiência privada que teve com a Prefeita Luiza Erundina e comigo, por ocasião da sua visita ao Brasil para a posse do ex-Presidente Collor. Ele esteve em São Paulo, onde foi recebido pelo então Governador Orestes Quérzia, e convidou a prefeita e a mim para um longo diálogo. Lembro — permita-me alongar um pouquinho o aparte, nobre Senador Jarbas Passarinho — que, a certa altura, o Presidente Fidel Castro perguntou à Prefeita, que estava no seu primeiro ano de mandato — eu era o Presidente da Câmara Municipal — quantas crianças estavam fora da escola na cidade de São Paulo. A Prefeita Luiza Erundina respondeu que cerca de 300 mil crianças ainda não tinham conseguido vaga em escola. O Presidente Fidel Castro disse: "Puxa vida! São Paulo com tanto crescimento, com toda essa riqueza que se vê por aqui, ainda não tem todas as suas crianças na escola? Em Cuba, estamos construindo escolas especiais para crianças com algum tipo de problema: de um lado, para aquelas com talentos excepcionais; de outro, para aquelas com alguma deficiência, seja visual ou de outra natureza". Há pouco, falava-se aqui sobre a questão da saúde. Todos sabemos como Cuba desenvolveu-se extraordinariamente nas áreas da saúde e da educação. Estive nesse país em 1988 e pude constatar as conquistas importantes que se conseguiram lá. Não se pode agora simplesmente ignorá-las, pois são conquistas de um povo que se sacrificou profundamente diante das dificuldades por que passou e continua a passar a economia cubana. Trata-se de uma experiência notável para a Humanidade. Quiséramos nós, do Partido dos Trabalhadores, que ela pudesse ser compatível com a democracia. V. Ex^a lembrou, em seu discurso, que há, no Brasil, simpatizantes do regime cubano, pessoas que às vezes or: Quem sabe V. Ex^a estava se referindo, por exemplo, a alguns membros de meu Partido, pois alguns de seus membros têm uma simpatia muito grande pelo governo cubano. Somos um partido fraterno e solidário com os cubanos, mas temos restrições contra o seu regime, pois, nos estatutos do Partido,

está registrado o objetivo de construção do socialismo com democracia e pluripartidarismo. Portanto, assinalo aqui que o Partido dos Trabalhadores é solidário e compreensivo, mas também fraternalmente crítico em relação ao sistema cubano. Gostaríamos que o Brasil colaborasse, quem sabe agora até com esses passos novos, para que Cuba venha a compatibilizar os seus anseios de construção de uma sociedade mais justa e fraterna com as características do socialismo que sejam efetivamente compatíveis com a democracia, a liberdade e o respeito ao ser humano.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Nobre Senador Eduardo Suplicy, agradeço muito o aparte de V. Ex^a, até porque ele ficou maior do que a minha pequena saudação; e ficou maior, porque V. Ex^a desenvolveu uma tese, e espero, um dia, termos oportunidade de discuti-la mais amplamente.

Em 1959, eu era ainda major e escrevia para dois jornais, especialmente no Pará: um jornal diário e um jornal que era editado pelo Arcebispado do Pará. Neles, saudei a Revolução cubana, porque a impressão que tínhamos da ditadura de Fulgêncio Batista era a pior possível. O surpreendente para nós, nessa altura, Senador Eduardo Suplicy, era que o Partido Comunista cubano era aliado, participava do governo de Fulgêncio Batista. Justamente naquela altura, o que se via era exatamente uma ditadura da pior qualificação, totalmente dominada pelos Estados Unidos, e Cuba transformava-se apenas num local de turistas americanos e de exploradores da indústria, especialmente a de tabaco. Só em dezembro de 1961 — V. Ex^a há de estar lembrado, perito como é, experto com "x", felizmente não com "s", em matéria de Cuba — foi que Fidel Castro se declarou comunista, marxista-leninista — acho que foi até uma adesão a partir desse momento. Porque o Partido Comunista — insisto — combateu a sua luta libertária.

O que me chama a atenção profundamente é esse antagonismo entre um suposto humanismo socialista e aquilo que aconteceu no socialismo real. V. Ex^a, muito habilmente, com muita categoria e com a fidalguia que todos nós lhe reconhecemos, fez questão de salientar que Cuba tem também os seus lados positivos e que o Partido de V. Ex^a defende esses lados, desde que eles sejam compatibilizados com a liberdade. Muito bem. Esse é um dos pontos fundamentais dos erros que o capitalismo, sobretudo o chamado capitalismo selvagem, deixou ao mundo. Numa única vez em que visitei um país comunista — a Bulgária — representando o Senado numa reunião interparlamentar, não vi uma criança mendiga na rua ou fora de escola. Entretanto, sabemos agora o que era a Bulgária.

V. Ex^a é um homem com tradição de luta pela liberdade, mas permita-me estranhar quando V. Ex^a fala do seu Partido. Em primeiro lugar, o Partido de V. Ex^a não é monolítico: ele tem várias tendências internas. Temos, até hoje, os trotskistas, que não abriram mão, absolutamente, de fazer um sistema totalitário como Trótski previa. Tivemos os stalinistas. Fidel Castro era um stalinista — V. Ex^a sabe disto melhor do que eu. E sabemos, hoje, o que isso significa a partir do discurso corajoso de Kruchev no XX Congresso do Partido Comunista naquela altura.

A violência contra a pessoa humana, Senador, justificará não ter nenhuma criança fora da escola? A violência contra a dignidade pessoal justifica, por si, a necessidade de dar um amparo à saúde, que é falha em outros países?

Senador Suplicy, fiquei abismado quando li o relato sintético de Armando Valadares — V. Ex^a naturalmente o conhece.

Fez parte, como um dos comandantes de coluna, da Revolução de Fidel Castro. Em 1961, quando Fidel Castro se declarou comunista, ele, católico praticante que era e não comunista, reagiu. E bastou-lhe a reação para ir para a cadeia por 20 anos, mandado que foi por um homem que, dominando o país, dominava também o Judiciário. Ele era quem condenava, e pelo número de anos que desejava fazê-lo. Esse homem ficou na cadeia por 20 anos, apenas pelo crime de ser contrarrevolucionário, na medida em que não aceitou o comunismo.

Uma passagem desse livro faz-me emocionar-me ainda agora, quando lhe falo, Senador Eduardo Suplicy, e o faço prestando uma homenagem a V. Ex^o pelo que acabou de dizer, por mostrar também a sua inconformidade com o problema da falta de liberdade. Esse homem conta que, para ser desmoralizado nas prisões que lá existiam — o livro dele está aí publicado — em determinados momentos, numa penitenciária repleta de presos políticos... E aí, sim, chamo presos políticos, e não apenas aqueles que, no Brasil, por exemplo, lutavam de arma na mão para derrubar o Governo. Estes não eram bem presos políticos. Considero preso político aquele que é condenado por delito de consciência, por discordar da filosofia do governo. V. Ex^o não estava aqui, mas os que estavam aqui comigo nesse meu terceiro mandato podem testemunhar que nunca, naquela tribuna, deixei de reconhecer que vivíamos um regime autoritário. Apenas eu não admitia que disséssemos que vivíamos um regime totalitário, porque havia uma diferença muito grande. Pois bem, esse homem conta que na penitenciária, para desmoralizá-los, havia momentos em que os guardas entupiam a passagem do esgoto, fazendo com que os excrementos se acumulassesem; depois, indicavam um deles — e uma vez Armando Valadares foi indicado — para entrar naquele esgoto e desentupir — portanto, mergulhando no excremento — aquilo que propositadamente tinham entupido para impedir a vazão.

Isso para mim, Senador Eduardo Suplicy, e tenho certeza que para V. Ex^o também, não justificaria, em hipótese alguma, a razão de ser para poder dar escolas às crianças e saúde ao povo. Evidentemente, o que desejamos ter é um debate desta natureza: vale a pena isso? O comunismo marxista, o chamado socialismo real, foi capaz de combinar o humanismo que Marx pregava com a realidade que se fazia em cada país? Hoje sabemos tudo isso depois da queda do muro de Berlim. E sei de homens, como V. Ex^o, no Partido, que me dão uma grande esperança: de que a prevalência dos valores da liberdade e da dignidade humana podem conviver até com a pobreza e a miséria; o que elas não podem é conviver com a falta de dignidade pessoal, com o quarteirão policial, que faz com que não se tenha a possibilidade de conversar entre três pessoas, com medo de que uma delas seja policial e faça uma denúncia à polícia, para serem presas em seguida. É o caso do filho que recebeu um monumento em Moscou por ter denunciado o pai. Era o momento dos *kolkhozes*, das fazendas coletivas. Esse homem tirou, furtou, para sua família, uma parcela daquilo que tinha sido produzido, e o seu filho o denunciou. Ele foi preso e o filho ganhou o monumento do herói da Revolução.

Tenho horror, Senador Suplicy, de coisas dessa natureza. A minha vida já é longa, e já vi passar pelo mundo muitos ditadores. V. Ex^o mesmo, em seu aparte, todas as vezes em que se referiu a Fidel Castro, chamou-o de presidente. E cansei de ouvir nesta Casa referências a meus presidentes como ditadores. E havia, sem dúvida, uma diferença brutal da forma de ditadura que se estabelecia.

Nunca neguei a nossa falta de liberdade no momento autoritário. Ainda recentemente escrevi sobre isso. Nunca recuei, pela minha dignidade pessoal, da responsabilidade que assumi a partir do momento em que participei de governos. Agora, não posso assumir também os excessos, porque nunca os praticei. Governador revolucionário, jamais coloquei quem quer que fosse, por um minuto sequer, na prisão. Todos aqueles que, pela corrupção no Estado do Pará - que era muito mais corrupção do que subversão - estavam comprometidos, foram levados a julgamento com o seu direito de defesa assegurado. Depois, infelizmente, tive que assinar, por lealdade aos meus Presidentes, os atos de cassação que não deram direito de defesa.

Um dia se há de falar sobre isso; sobre Costa e Silva, como eu o via, sobre como sofria nas reuniões, como, por exemplo, no dia em que o Conselho de Segurança cassou o nosso hoje Senador Mário Covas. O Presidente Costa e Silva dizendo da dor que lhe cabia no momento de fazer isso, porque ele tinha grande admiração por Mário Covas. Mas Mário Covas tinha participado do movimento da chamada Frente Amplia, dirigida por Carlos Lacerda, que procurou, como sabemos, Juscelino Kubitschek, João Goulart e Leonel Brizola, não tendo sido recebido somente por este último. Mas era uma tentativa de derrubar o Governo. Fidel Castro muniu, treinou e financiou guerrilha no Brasil. Sabemos que passa como verdade por aí que ele tem até uma expressão muito dura em relação ao Governador Leonel Brizola, chamando-o de el ratón, porque ele lhe teria dado não sei quantos milhões de dólares que não teriam sido realmente aplicados na guerrilha.

É, portanto, o momento de fazemos uma reflexão, e fico muito feliz quando vejo um homem da postura de V. Ex^o, com a fidelidade que tem ao seu pensamento libertário, fazer o elogio das conquistas da saúde e da educação, mas sabendo que essas conquistas são esmaecidas, são praticamente destruídas a partir do momento em que a dignidade do homem é levada a zero, a nada, até ao menos infinito.

O Sr. Lourival Baptista — V. Ex^o me permite um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço V. Ex^o, nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista — Eminent Senador Jarbas Passarinho, estou ouvindo o discurso de V. Ex^o com muita atenção. Eu, que sou o mais maduro desta Casa, ouvi, nesses 23 anos que aqui estou, muitos discursos, mas a manhã de hoje me enche de alegria e contentamento com as palavras do Senador Suplicy, as justificações que deu, e as afirmações de V. Ex^o, que conheço nesses anos todos, como Senador e como Ministro que foi várias vezes. V. Ex^o, hoje, brilhou mais uma vez nesta Casa, e o ouvi com muita atenção. No ano passado, pela primeira vez, fui ao exterior, indicado que fui pelo Senhor Presidente da República para representá-lo na posse do Presidente de Gana. Lá, o presidente havia sido deposto há seis anos, e eu estaria presente à posse do novo presidente que tinha sido eleito. E vi a democracia funcionando. O governo elegeu 200 deputados e a Oposição, seis. Foi essa a democracia que vimos em Gana e que estamos vendo, agora, em Cuba, com a declaração dada pelo Presidente Fidel Castro. Ficamos alegres, satisfeitos, felizes, democratas que somos e sempre fomos, sempre com uma posição definida.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Obrigado, nobre Senador Lourival Baptista. V. Ex^ª, realmente, aqui no Senado, é um dos nossos referenciais principais e um companheiro meu nesses mandatos todos; de maneira que V. Ex^ª pode testemunhar, exatamente, a posição que sempre tomei, aqui, neste tipo de combate. Nunca fiz do anticomunismo uma indústria; ao contrário, ao meu tempo de jovem, no Clube Militar, defendendo o monopólio do petróleo, fui tido até como criptocomunista. Depois, fui saudado aqui, por antigos esquerdistas, como sendo coronel fascista — hoje já não podemos chamar esquerda, direita, centro, que felizmente não existem; o que existe hoje é uma diferença muito grande entre ser humanista e não o ser. Estou, portanto, perfeitamente a par de como se pode mudar a declaração a respeito das pessoas por mera conveniência de ordem pessoal ou pelo ódio.

Agora, o que acho fundamental, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^ª que é uma pessoa importante no seu Partido, é que se faça este tipo de reflexão: se se justifica, na passagem da vida humana, que alguma pessoa como Hitler tenha seus lados positivos. V. Ex^ª encontrará nazistas que dirão: "Ele elevou a Alemanha. A Alemanha estava no chão, estava no pó da derrota, lambendo as botas dos aliados, que lhe tinham imposto um Tratado de Versailles inteiramente opressor. Foi um homem que fez as primeiras auto-rotas no mundo". Então, haverá também pessoas favoráveis. De Stalin dirão também os seus defensores: "Foi um homem que conseguiu consolidar o regime socialista, que fez a indústria pesada da União Soviética e conseguiu depois fazer com que o país crescesse, como uma superpotência, para enfrentar os Estados Unidos". Todos têm o seu lado positivo e o seu lado negativo.

Os romancistas sabem que não podem ser maniqueístas. Nenhum personagem de romance pode ser totalmente bom ou totalmente mau, sobretudo quando os romances traduzem exatamente o ponto de vista da vida humana.

Quero agradecer, sinceramente, o aparte de V. Ex^ª, Senador Eduardo Suplicy. Creio que isso nos dá margem para uma continuação, quem sabe, desse diálogo, e não debate, entre nós, particularmente para mostrar que os Estados Unidos foram altamente responsáveis pelo descaminho que tomou a Revolução de Fidel Castro em Cuba.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^ª mais um aparte, nobre Senador?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço V. Ex^ª, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Primeiro, quero ressaltar que também li o livro de Armando Valadares e diversos de seus depoimentos. Preocupam-me muito essas ações relativamente àqueles que foram perseguidos politicamente pelo regime cubano. Mas ressalto que considero bem diferente o que sucedeu com Hitler e Alemanha e o que se deu com Fidel Castro e Cuba; eu não os colocaria, de forma alguma, num mesmo plano.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Se V. Ex^ª me permite um contra-ataque, não estou fazendo comparação como identidade. Estou dizendo que há sempre os que defendem pontos de vista diferentes e que encontraram, então, como defender os nazistas. Infelizmente, vejo agora, até com grande apreensão, o movimento neonazista não apenas na Alemanha, mas talvez na Europa.

O Sr. Eduardo Suplicy — Muitas vezes os excessos de um lado acabam resultando em excessos de outros. Quando estive em Cuba, verifiquei que a imprensa de lá restringe-se praticamente ao jornal *Granma* e outras publicações do Partido Comunista. Em que pese, contudo, a falta de liberdade dos meios de comunicação, uma vez que estão sujeitos ao controle governamental, o fato é que em Cuba, hoje, praticamente toda a população pode ouvir os meios de comunicação dos Estados Unidos, por exemplo. Neste caso, provavelmente — não sei, porque eu não estava lá — as transmissões estavam propugnando o voto branco, o voto nulo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Permite-me interromper, Senador Eduardo Suplicy: essas pessoas podiam ouvir essas transmissões sem consequências policiais?

O Sr. Eduardo Suplicy — Sim, esta observação...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Por Deus! Ocorre o que acontecia na Alemanha Oriental em relação à Alemanha Ocidental no passado: quem ouvisse *Voz da América*, etc., já estava com sua ficha na polícia.

O Sr. Eduardo Suplicy — Não foi propriamente assim, Senador Passarinho. Tanto é que a destruição do regime existente na Alemanha Oriental, em boa parte, deveu-se à comunicação intensa que passou a haver entre as duas Alemanhas, inclusive com a transmissão de programas. Em Berlim Oriental, as pessoas podiam assistir aos programas de televisão de Berlim Ocidental. Isso até contribuiu para a unificação da Alemanha.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Esse é um assunto em que, depois, eu gostaria de merecer a honra de um debate com V. Ex^ª.

O Sr. Eduardo Suplicy — Com prazer. Em Cuba hoje, existe uma liberdade relativa de expressão, que faz com que muitas pessoas estejam amargamente fazendo protestos aos turistas.

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex^ª há de me desculpar com relação a essa qualificação de "liberdade relativa". Quando eu já não era mais Líder aqui no Senado, na época do Governo Geisel, o Presidente inventou uma "democracia relativa". Isso foi objeto de grande gozação por parte da imprensa brasileira. Agora, estamos vendo a "liberdade relativa" de Cuba.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Jarbas Passarinho, gostaria que qualquer observação minha fosse vista como uma recomendação para que em Cuba, o mais celeremente possível, Fidel Castro e o Partido Comunista abram politicamente o regime para que começem a enfrentar o grande desafio, que é o da humanidade, da eventual possibilidade de um dia se tornarem compatíveis os objetivos de construção do socialismo com os da democracia.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Receba V. Ex^ª o meu aplauso exatamente por esse ponto central do seu aparte.

Sr. Presidente, agradeço os apartes recebidos, assim como a paciência de V. Ex^ª por ver o meu tempo passar sem me advertir.

Aproveito a oportunidade e convido o Senador Suplicy para discutirmos essa tese mais profundamente. Talvez pudéssemos discutir alguma coisa neste Senado, que tem sido mais um sepulcro do que propriamente uma caixa de ressonância, e chegar a uma conclusão, ou seja, de que a vida vale a

pena com dignidade, pois já estava escrito há muito tempo: "Nem só de pão vive o homem."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Eduardo Suplicy — Epitácio Cafeteira — Gilberto Miranda — Henrique Almeida — Mauro Benevides — Nelson Carneiro — Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 18 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há **quorum** para deliberação. Em consequência, ficam adiadas as matérias constantes da pauta, todas em fase de votação.

São os seguintes os itens adiados:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 20, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 20, de 1992 (n° 7.445/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que revoga o Decreto-Lei n° 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Valmir Campelo.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 146, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 146, de 1992 (n° 3.354/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos em comissão na Secretaria do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo — SP, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Valmir Campelo.

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 12, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n° 12, de 1993, que autoriza a re-retificação da Resolução n° 92, de 1992, que autorizou o Governo do Estado de Sergipe a emitir 395.369.000,00 LFT/SE.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou apresentando à Casa uma proposta de emenda à Constituição que visa a corrigir uma grave injustiça contra o povo do Distrito Federal, devido aos critérios estabelecidos pelo texto constitucional quanto à repartição das receitas tributárias.

Como a Constituição veda a divisão do Distrito Federal em municípios, esta unidade da Federação não tem direito às quotas do Fundo de Participação dos Municípios, apesar de constituir-se de diversos aglomerados urbanos que se caracterizam como verdadeiras cidades, embora não possuam autonomia político-administrativa.

Essa é a situação do Plano Piloto e das diversas cidades-satélites que integram o Distrito Federal, algumas das quais com populações superiores a 300 mil habitantes, como é o caso de Taguatinga e de Ceilândia e núcleos menores, como Sobradinho, com populações superiores a cinqüenta mil habitantes, e que não fazem jus às parcelas do Fundo de Participação dos Municípios de que trata o art. 159, inciso I, alínea b, da Constituição Federal. Enquanto isso, diversos municípios brasileiros — muitas vezes criados apenas para fazer jus a uma maior quantidade de parcelas do Fundo de Participação dos Municípios — possuem populações que mal chegam aos 5 mil habitantes e são aquinhoados com recursos do mencionado Fundo.

Como se vê, a situação é extremamente injusta para o Distrito Federal que, dividido em Regiões Administrativas onde se localizam as cidades-satélites e o Plano Piloto, não se beneficia dos recursos que seriam utilizados para custear os serviços públicos das administrações locais, sobrecarregando, dessa maneira, o caixa do Governo do Distrito Federal que já se defronta com falta de recursos, principalmente para atender a administração das satélites e custear investimentos básicos necessários ao desenvolvimento das mesmas.

Sensível a essa realidade, estou propondo a equiparação das Regiões Administrativas do Distrito Federal a municípios, apenas para os fins do disposto na alínea b, inciso I, art. 159 da Constituição Federal.

Tal medida dará ao Governo do Distrito Federal instrumentos para melhor distribuir a renda nesta unidade da Federação, tendo em vista que, nessa mesma proposta de emenda à Constituição que estou apresentando, consta dispositivo que determina a aplicação integral das parcelas do Fundo de Participação dos Municípios nas respectivas Regiões Administrativas, como forma de evitar que os recursos que lhe cabem sejam desviados para outras Regiões e para outros fins, desvirtuando a sua finalidade específica de atender às populações locais.

Não posso deixar de mencionar o significado que tem o Distrito Federal — como todos nós sabemos, Capital de todos os brasileiros — ao abrigar a Capital da República e suas instituições, o que lhe acresce atribuições e responsabilidades extras em relação aos demais entes da Federação, levando, muitas vezes, a um grande sacrifício das populações de baixa renda das cidades-satélites, que deixam de dispor de recursos que são atrelados aos gastos com os encargos inerentes à sua condição de sede do Poder Federal.

Pretendemos, assim, com o apoio dos ilustres Colegas Congressistas, tornar norma efetiva a proposição que aqui será apresentada e que se impõe como medida imprescindível e justa, o que possibilitará melhor atendimento das necessidades das populações das Regiões Administrativas da Capital da República.

O que, na verdade, propugnamos é dizer que aquele trabalho, o esforço desenvolvido por aquela grande camada das cidades-satélites — na maior parte das vezes, realmente brasileiros que aqui aportam de todo o Nordeste e da região Centro-Oeste — não tenha uma compensação, quando pequenos municípios conseguem, simplesmente porque as Regiões Administrativas de Brasília não são equiparadas aos municípios.

O que se pretende é que os recursos provenientes do trabalho desenvolvido em Taguatinga, Ceilândia, no Gama etc., voltem, como seria justo por medida de equiparação, para aplicação na própria cidade satélite.

É necessária a descentralização para que os municípios possam trabalhar com menor encargo. Aqui também se propõe que não se desvie das cidades-satélites o fruto dos esforços desenvolvidos por aquela comunidade operosa para outras finalidades tais como: policiamento de embaixadas, ajardinamento de superquadras etc. Às vezes, o esforço não é compensado.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Pedro Teixeira, V. Ex^e permite-me um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Com muito prazer, nobre Líder, Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Pedro Teixeira, se, historicamente, buscarmos no início de Brasília a sua concepção como Distrito Federal, chegaremos à conclusão de que V. Ex^e está coberto de razão. Na realidade, como cidade administrativa do Distrito Federal, Brasília propunha-se a ter 400 mil habitantes. Hoje, no entorno, existem cidades com população superior a 600 mil habitantes, como disse V. Ex^e, em que, de acordo com a Constituição, haveria até eleição com segundo turno. Esse fato faz com que Brasília deixe de ser uma cidade meramente administrativa e mostra que a divisão em administrações regionais não satisfaz, porque as necessidades desses núcleos são bem maiores e justificariam verbas que não só se destinariam ao Distrito Federal como cidade administrativa. Brasília se ressente disso. Louvo V. Ex^e pelo amor à causa pública e pela iniciativa da emenda que propõe apresentar no sentido de que recursos municipais atendam, também, às necessidades desses núcleos que se desenvolveram em torno de Brasília. Mesmo porque vemos municípios no Brasil, como disse V. Ex^e, que não justificam, de maneira alguma, a arrecadação e os interesses políticos a que se prestaram; não chegam a pagar as câmaras de vereadores, tornando-os inviáveis, enquanto aqui, cidade de porte considerável, permanece sem recursos, a mercê dos destinados pelo Governo Federal para a administração do Distrito Federal. Parabéns a V. Ex^e e conte com o meu apoio.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Jubilo-me e enriqueço-me, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com o aparte consciente do meu nobre Líder, Senador Magno Bacelar.

Na realidade, não fizemos de Brasília uma “Ilha da Fantasia”, porque aqui não aportamos somente para fazer dela um terreno baldio para aspirações futuras. Todos os Senadores do Nordeste sabem do enorme percentual de nordestinos que

trabalham e residem na chamada Região do Entorno, nas cidades-satélites.

Não me parece justo que essa cidade-satélite não seja equiparada aos municípios para receber a sua quota, o seu Fundo de Participação. Trabalha-se em Taguatinga, no Gama, na Ceilândia e os recursos provenientes desse esforço desenvolvido pela classe empresarial e trabalhadora é canalizado para os cofres públicos. Às vezes voltam para outros fins menos nobres e até não tão prioritários, porque a prioridade fica condicionada ao Governo central.

Quando tivermos uma comunidade de base podendo dizer que contribuiu para o PIB, poderemos vê-la exigir que, pelo menos, os seus problemas, entre eles o de saúde, como bem discutimos hoje, saúde comunitária, saúde do bairro, possam ser solucionados. Isso só é possível quando os municípios dispõem de recursos. As cidades-satélites também os têm, porque cidade-satélite de 600 mil habitantes não pode simplesmente, como bem explicitou o nobre Senador Magno Bacelar, ficar condicionada aos parâmetros do início de Brasília que era uma cidade administrativa construída e, supostamente, idealizada por Oscar Niemeyer para 500 mil habitantes. Hoje é a Capital da República que abriga, agasalha e resolve o problema de todo o seu entorno.

O Sr. César Dias — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Ouço V. Ex^e com prazer.

O Sr. César Dias — Nobre Senador, gostaria de parabenizá-lo pela emenda que está apresentando, pela preocupação cívica de V. Ex^e em proteger a Capital da República. Brasília é um projeto nacional. V. Ex^e traz essa preocupação e sabemos das atuais dificuldades administrativas por que passa Brasília. A administração do Governador Roriz tem encontrado sérias dificuldades, parcos recursos, porque Brasília ainda não conta com um parque industrial implantado. Ouço, com freqüência, de um amigo que administra uma das cidades-satélites de Brasília, uma reclamação no sentido de que essas cidades não recebem Fundo de Participação dos Municípios. A emenda de V. Ex^e vem preencher essa lacuna. Estamos prontos a colaborar, a diligenciar no sentido de que essa emenda trâmite com maior celeridade, porque Brasília é um projeto nacional e um orgulho dos brasileiros.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Nobre Senador César Dias, louvo a sensibilidade de V. Ex^e em relação a esta causa, que é de todos nós: dar às administrações condições de terem recursos próprios. Na medida em que as cidades-satélites são produtoras e geradoras de riquezas, passam, a exemplo dos Municípios, a ter proporcionalidade em relação aos recursos.

Nossa luta fica, portanto, enriquecida com o compromisso de V. Ex^e de apoiar a nossa iniciativa.

Nossa capital precisa crescer, assim como o Brasil, expandindo-se para o interior e deixando o litoral. Sabemos que o progresso de Estados como Mato Grosso, Tocantins, Roraima e outras deveu-se ao fato de termos deixado as delícias do litoral e de envidarmos nosso sacrifício e esforço em prol dessas localidades do interior.

Fico muito feliz e tenho certeza de que as comunidades das cidades-satélites haverão de agradecer a iniciativa que estamos propondo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador César Dias.

OSR. CÉSAR DIAS (PMDB — RO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, com tristeza, falamos do assassinato do Advogado Paulo Coelho, Conselheiro da OAB, seção de Roraima. Na oportunidade, levei ao conhecimento desta Casa a disposição de ficarmos em estado de vigília, acompanhando as providências adotadas no sentido de apurar o crime. Sabemos que a nossa sociedade, principalmente o povo mais humilde de Roraima, entristeceu-se com a morte violenta do ilustre advogado.

Sugerimos que a Polícia Federal assumisse a presidência do inquérito policial, pedimos ao Ministro da Justiça que, valendo-se de sua força, de sua preponderância sobre a Justiça do País, voltasse os olhos para o nosso Estado. Acreditamos que existe um acúmulo de Poder Judiciário na ocorrência do assassinato.

Paulo Coelho lutava pelas minorias, buscava a justiça social, denunciava irregularidades. Houve discordâncias no que tange a alguns atos do Governo do Estado e nomeações do Poder Judiciário, contra as quais o advogado entrou com ações na Justiça. Talvez essa seja a principal causa da morte de Paulo Coelho.

Hoje vimos no Jornal *O Globo* a seguinte notícia:

“Justiça demite oito suspeitos do assassinato do advogado.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, Robério Nunes dos Anjos, exonerou ontem 8 funcionários suspeitos de envolvimento no assassinato do Advogado Paulo Coelho. Segundo ele, dois estariam diretamente ligados ao assassinato: Marta Elisabeth Uchôa e Antônio Cosme, respectivamente, secretária e motorista do Desembargador Luiz Gonzaga Batista.

Marta participaria de um assassinato em Fortaleza quando era investigadora de polícia. Cosme é suspeito de ter ajudado na fuga dos assassinos do advogado, dirigindo o carro do tribunal.

João Eudes, que trabalhava no gabinete de Batista, também foi demitido, mas o Tribunal não informou os motivos. Mais 5 funcionários — cujos nomes não foram divulgados — serão também exonerados”.

Reitero o apelo a este Plenário e à Assessoria do Ministério da Justiça no sentido de que a Polícia Federal assuma imediatamente esse inquérito policial, decretando a prisão preventiva dos principais suspeitos. Há pessoas — ligadas ao Governo estadual — interessadas em que o crime caminhe para a insolvência.

Há mais ou menos três meses, por estar dificultando o processo democrático de livre escolha na eleição municipal do nosso Estado, esse Desembargador foi afastado pelo Tribunal Superior Eleitoral. A eleição foi realizada, e saímos vitoriosos.

Novamente o mesmo Desembargador vem à baila, através do assassinato que compungiu de maneira séria a sociedade de Roraima. Voltarei a falar neste plenário, cobrando e anunciando medidas para a elucidação desse crime.

O Sr. Pedro Teixeira — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador César Dias?

O SR. CÉSAR DIAS — Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador Pedro Teixeira.

O Sr. Pedro Teixeira — Louvo a coragem com que V. Ex^a assume a vigília cívica para apurar um hediondo crime

que exterminou um jovem o qual trazia mensagens pelos direitos humanos e pela moralidade pública, enfrentando nomes de projeção e de cargos elevados no Estado que V. Ex^a representa. No entanto, V. Ex^a não se intimidou no seu dever de fazer justiça para que os responsáveis por esse assassinato recebam a punição devida. O Ministro Maurício Corrêa tem se preocupado com a apuração de todas as causas, todos os desmandos, todos os crimes, haja vista que, ontem, fez uma viagem cansativa, *in loco*, em companhia do nobre Senador Eduardo Suplicy, para verificar a realidade da fuga dos dois criminosos no Estado do Acre. S. Ex^a demonstra preocupação com a interdependência dos Poderes, com a autonomia dos Estados, traçando seu esquema de ações no sentido de não haver interferência do Poder Federal no Estado. Há, todavia, excepcionalidades decorrentes de fatos que estão sendo apurados. Não é possível que, em Roraima, sendo a imputação do crime feita a um presidente do Tribunal de Justiça, a um desembargador, a investigação fique sob a égide de quem lhe está subordinado. Há excepcionalidades. Gostaria de formular um apelo ao Ministro da Justiça para que esses escrúpulos sejam também examinados quando a matéria é tão expressiva. Na verdade, a respeitabilidade pela autonomia pode ser examinada e passar pela órbita federal, avocar o inquérito, ainda que seja na égide normal do Poder Judiciário, mas que se avoque, que se provoque a Procuradoria-Geral da República, respeitando-se na verdade a Constituição do Estado de V. Ex^a, mas que seja levado muito a sério, porque é um crime que precisa ser apurado. Assim como Chico Mendes sacudiu este País com a ecologia, quem também trabalhou pelos direitos humanos e pela moralidade, como Paulo Coelho, merece a mesma atenção e dedicação. E o povo brasileiro espera que esse crime seja desvendado e sejam punidas as autoridades que nele estiverem envolvidas. Louvo V. Ex^a pela sua coragem cívica e espero que os resultados sejam aqueles que a Nação deseja.

O SR. CÉSAR DIAS — Agradeço, nobre Senador, a participação de V. Ex^a e informo, ainda, que o advogado Paulo Coelho era amigo pessoal do Ministro da Justiça. Ambos trabalhavam na época em que a OAB formava uma trincheira de oposição aos governos ditatoriais do País. Paulo Coelho sempre foi evidente na sua luta pelas minorias, pelas causas de injustiças que ocorriam no País, especialmente em Roraima. Eleito Conselheiro da OAB, na sexta-feira, por volta das 21 horas, na Ordem dos Advogados de Roraima, nem havia ainda festejado a sua vitória nas urnas — em que a maioria dos advogados consolidaram a sua vitória — quando foi abatido com três tiros no rosto, em frente a sua residência.

O Sr. Eduardo Suplicy — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR DIAS — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Nobre Senador, eu gostaria, também, de solidarizar-me com V. Ex^a, bem como os familiares, os amigos e advogados de Roraima, em função do assassinato do Advogado Paulo Coelho que, conforme V. Ex^a salientou, se constituiu numa das pessoas que mais brilhantemente defenderam os direitos à cidadania no nosso País e, em especial, no Estado de Roraima. Gostaria de ressaltar, relativamente à questão levantada sobre a forma de como o Governo Federal, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal poderiam examinar este caso, que normalmente a Polícia Federal coopera e colabora — como, por exemplo, agora no caso do

Acre — quando o Governo Estadual solicita. Segundo notícias de jornais, como esta do *Jornal do Brasil*, esse Delegado Luiz Gonzaga Batista Júnior, um dos envolvidos no assassinato do Advogado Paulo Coelho — de acordo com informações do Secretário-Geral da OAB, Dr. Antônio Carlos Osório — seria filho de um Desembargador que foi nomeado para o Tribunal de Justiça de Roraima pelo seu amigo e ex-cliente Ottomar Pinto, hoje Governador do Estado, embora não preenchesse os requisitos legais para a sua indicação. O que não sei, devido a esta notícia, é se, no caso, haverá solicitação do Governador Ottomar Pinto para que a Polícia Federal colabore no desvendar do episódio. Diante das circunstâncias, o Senado Federal, através dos Senadores por Roraima, com o nosso apoio, poderia solicitar — seria importante — ao Ministro da Justiça uma rigorosa apuração dos fatos. É a sugestão que faço ao Senador César Dias, que certamente contará com o nosso apoio, se assim proceder.

O SR. CÉSAR DIAS — Agradeço ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

Realmente, seria necessário que houvesse uma polícia equidistante das emoções, uma polícia mais preparada e imparcial. É isso que pedimos aqui, porque o jornal se reporta ao fato de ser o Delegado Luiz Gonzaga Júnior filho desse desembargador, além de ser, atualmente, Diretor-Geral da Polícia de Boa Vista.

Como eu disse, existem duas polícias: a polícia nomeada com cargos de confiança, que hoje detém quase 50% da polícia de Roraima, e os policiais que foram concursados pela Academia Nacional de Polícia e que fazem, realmente, um trabalho importante, mas são dominados por esse grupo de policiais.

Realmente, existe uma insegurança muito grande e comandada por esse desembargador, sua família, seus asseclas e seus marginais que ladeiam essa administração.

Considero importante o apoio de V. Ex^e e o que precisamos é que a Polícia Federal assuma a presidência do inquérito, que o Ministério Público fique vigilante nesta ação, caso contrário será mais um crime impune e, quem sabe, nós também estaremos correndo risco, porque tivemos a coragem e vamos a fundo denunciar essa insegurança em que vive a sociedade de Roraima, principalmente aqueles que lutam pela causa social e pelas minorias, como foi o nosso ilustre, o filho querido de Roraima, o Advogado Paulo Coelho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, nesta manhã de hoje e agradeço a V. Ex^e

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Presidência informa aos Srs. Senadores que, atendendo à convocação do Senado, o Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Paulo Haddad, comparecerá ao Plenário desta Casa na sessão ordinária do dia 2 de março, às 14h30min, terça-feira, ocasião em que discutirá sobre a matéria constante da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993.

A Presidência informa ainda que encontram-se em aberto as inscrições para interpelação ao Senhor Ministro da Fazenda.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT — SP) — Pronuncio o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, Srs. Senadores, em companhia do ex-Governador do Acre, Senador que preside esta sessão, Nabor Júnior, do Deputado Federal Ernesto Gradella, estivemos, no dia de ontem, com o Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, no Estado do Acre, para examinar as condições que acabaram

propiciando a fuga dos condenados pelo assassinato de Chico Mendes.

Os Srs. Darli Alves da Silva e seu filho Darci Alves Pereira, respectivamente mandante e assassino de Chico Mendes, que haviam sido presos, julgados e condenados pelo Tribunal de Juri Popular de Xapuri, em 12 de dezembro de 1990, acabaram fugindo da penitenciária da Capital do Acre, Rio Branco, no último dia 15, em circunstâncias que, conforme pudemos observar pessoalmente, foram muito estranhas. A precariedade da penitenciária onde estavam os presos era muito grande.

Tivemos, ontem, a oportunidade de conversar com o Governador Romildo Magalhães, que nos recebeu com todo o seu Secretariado, inclusive o Secretário de Segurança, e de visitar as instalações da Penitenciária de Rio Branco, onde, inclusive, pudemos dialogar com alguns dos detentos, que encaminharam pessoalmente ao Sr. Ministro da Justiça Maurício Corrêa uma carta sobre as precárias condições daquele estabelecimento penal.

Observamos, pessoalmente, a cela onde estavam detidos e de onde escapuliram Darli e Darci Alves e pudemos ouvir os relatos, inclusive dos jornalistas, de como tudo pareceu bastante fácil para aquela fuga. Ouvimos o relato da viúva de Chico Mendes, que nos disse ter informações seguras de que, às vésperas da fuga de Darli e Darci, ambos, em verdade, receberam, naquele estabelecimento penal, os seus familiares. Mais do que isso, devolveram-lhes alguns objetos, pertences e aparelhos eletrodomésticos (uma televisão, uma geladeira, que estavam em sua cela), como que já se preparando para a fuga. Disse mais a viúva de Chico Mendes: tinha informações seguras de que Darli e Darci Alves haviam distribuído e tomado cerveja com aqueles que eram responsáveis por sua guarda naquele domingo. E na noite de domingo para segunda-feira aconteceu a fuga de ambos.

Ao chegarmos lá, ouvimos do Secretário de Segurança e do Governador Romildo Magalhães que havia indícios de que os foragidos poderiam ser detidos dentro de 48 horas. A informação que havia chegado ao Secretário de Segurança era de uma testemunha, de um lavrador que havia visto, em princípio, Darli Alves da Silva e o filho Darci Alves Pereira numa fazenda, no caminho de Rio Branco para Sena Madureira, lá pela altura do km 83 da estrada. E para lá seguiu uma viatura, um Toyota, numa estrada bastante precária, para tentar averiguar a qualidade da informação prestada.

Ao final da tarde, antes de embarcarmos de volta para Brasília, já o Governador e o Secretário de Segurança nos informaram que havia ocorrido erro de identificação de pessoa: tratava-se apenas de uma pessoa parecida com o Sr. Darli Alves da Silva. Portanto, a informação de que, em 48 horas, poderia haver a captura dos dois foragidos não estava assim tão prestes a ocorrer.

Ao sair, poucos minutos antes de deixarmos o Secretário de Segurança, S. Ex^e ainda nos deu uma nova informação: de que haveria uma pessoa que estaria querendo negociar uma informação importante sobre o destino dos dois foragidos. Estavam eles pensando a respeito.

Ora, nós também tivemos a oportunidade de ouvir os clamores, não apenas dos membros da Fundação Chico Mendes, em especial da viúva, de representantes de dezenas de entidades que constituem o Comitê Chico Mendes, (trinta e cinco entidades que estavam reunidas num auditório), junto ao Palácio Episcopal e perante a presença de Dom Moacyr Grechi, Bispo do Acre, que teve a oportunidade de presenciar

uma manifestação simplesmente impressionante, em que os representantes do Conselho Nacional de Seringueiros, dos Trabalhadores Rurais do Acre, da Central Única dos Trabalhadores colocaram num documento uma relação de fatos que caracterizam uma história de impunidades.

Se o Senador César Dias há pouco falava de histórias de impunidade em outro Estado do Norte do País, Roraima, devo salientar que os casos de impunidade no Estado do Acre são da maior gravidade!

Gostaria de ler o conteúdo do documento encaminhado, nesta reunião, ao Sr. Ministro de Estado da Justiça Maurício Corrêa:

“As 35 entidades que representam o movimento popular organizado no Acre, com sede em Rio Branco, que constitui o Comitê Chico Mendes, considera que:

1 — O Estado do Acre vem se tornando, cada vez mais, um Estado autor de crimes de grande porte que, além das repercussões nacional e internacional, nos leva a clamar por justiça, através de providências enérgicas, para que o Acre não permaneça no estado em que se encontra: estado da impunidade, onde o poder obscuro elimina desde lideranças sindicais até o Governo de Estado.

2 — O nível de impunidade no Estado do Acre chegou ao ponto de que crimes e processos contra lideranças sindicais, como os que elencamos abaixo, estão sem solução até o presente momento:

— Wilson Pinheiro (21 de julho de 1980) — Brasiléia, processo “arquivado”;

— Jesus Matias (1982) — Brasiléia, “sem solução”;

— Ivair Igino (1988) — “sem solução”, inquérito não concluído;

— José Ribeiro (1988) — Xapuri, inquérito não concluído;

— Elias Moreira (1986) — Sena Madureira, inquérito não concluído;

— Assassinato de trabalhadores rurais em Manuel Urbano — Acre (1991) —, envolvimento da PM. Sem denúncia;

— Processo contra o Comitê Chico Mendes (1988) — em andamento;

— Macedo Thaumaturgo (1990), Cruzeiro do Sul — sem denúncia;

— Chico Mendes (1988) — inquéritos complementares inconclusos. Julgamento de mandante e assassino, parcialmente anulado pelo Tribunal de Justiça do Acre;

— Processo sobre o caso Belo Jardim — em andamento;

— E outros.

3 — O único processo que conseguiu ser concluído e julgado foi o do nosso companheiro Chico Mendes, onde o fazendeiro Darli Alves da Silva e seu filho Darci Alves Pereira, mandante e assassino, respectivamente, foram presos, julgados e condenados pelo Tribunal do Júri Popular de Xapuri, no dia 12 de dezembro de 1990, por seis votos a um. Os réus foram condenados a 19 anos de prisão, mas, em 28 de fevereiro de 1992, a Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Acre anulou o julgamento de Darli Alves da Silva, com dois votos contra, e apenas o voto do Relator manteve o resultado do Tribunal do Júri.

4 — A liderança sindical Osmarino Amâncio. Entre outros tipos de ameaças de morte, aquelas feitas por cartas e bilhetes, recentemente, passaram por exames grafotécnicos e ficou comprovado que a caligrafia é do Sr. Gentil Alves da Silva, conhecido popularmente como Tilinho;

5 — O pistoleiro conhecido como Serginho Garimpeiro foi localizado no Estado de Pando, na Bolívia, e a Secretaria da Justiça do Estado do Acre teve conhecimento e não efetuou a prisão do mesmo, uma vez que se trata de um dos pistoleiros envolvidos em assassinatos de líderes sindicais no Acre, especialmente na morte de Chico Mendes;

6 — Darli Alves era tratado de forma diferenciada dos demais presos na Penitenciária Dr. Francisco de Oliveira Conte, chegando ao ponto de percorrer itinerários extra-estabelecidos, inclusive sendo visto em pontos da cidade almoçando com fazendeiros;

7 — O efetivo da Polícia Militar, encarregado de dar segurança à guarda aos referidos presos foi reduzido dias antes da fuga e 6 (seis) dias antes do carnaval sob a alegação de necessidade de reforço do efetivo para a segurança no carnaval;

8 — Tanto o Secretário de Segurança Pública quanto os Comandantes da Polícia Militar, no Acre, reconhecem que tinham conhecimento de que as condições de fugas se encontravam permanentes na Penitenciária e não tomaram as providências necessárias para evitar as fugas, mesmo após as três fugas em massa e uma rebelião que destruiu parcialmente o presídio;

9 — Acolhemos as medidas de solidariedade internacional, por constatarmos que os recursos financeiros que têm sua gestão feita pelo Acre são utilizados como perpetuantes de corrupção no Estado. Por exemplo: CPI da Saúde;

CPI de Obras;

— Canal da Maternidade;

— Eletro Acre;

10 — Houve negligência do Superintendente da Polícia Federal com relação à carta precatória vinda de Umuarama, no Paraná, para prender Alvarino Alves.

A fuga dos assassinos de Chico Mendes é de responsabilidade do Governo do Estado;

O Comitê Chico Mendes exige as medidas urgentes que passamos a elencar:

1 — Que seja mantida a Intervenção Federal, no caso, como forma de concretizar a recaptura dos fugitivos, haja vista que tal ação de recaptura não deve permanecer sob os cuidados daqueles que permitiram a permanência das condições que permitiram tais fugas;

2 — Que, no caso de recaptura, os assassinos de Chico Mendes sejam entregues à guarda do Exército ou da Polícia Federal;

3 — Apuração, conclusão e julgamento de todos os processos não concluídos sobre os assassinos de lideranças sindicais;

4 — Exigimos que os recursos para a construção de uma nova penitenciária no Acre tenham toda a sua gestão feita pelo Ministério da Justiça ou outra instância que não seja o Governo do Estado, como forma de não se alimentar o estado de corrupção em que o Estado do Acre se encontra imerso. Por exemplo:

CPI do canal da maternidade;

CPI de obras públicas;

CPI da Eletro Acre;

CPI da saúde.

5 — Prisão de Alvarino, os mineirinhos e Serginho, todos envolvidos em assassinatos de lideranças sindicais;

6 — Apuração e punição exemplar dos reais responsáveis pela fuga dos assassinos de Chico Mendes.

Assinam este documento:

- 1 — Comitê Chico Mendes,
- 2 — CUT — Acre,
- 3 — CUT — Pará,
- 4 — CUT — Rondônia,
- 5 — Fetagre — Pará,
- 6 — STR — Sena Madureira,
- 7 — Departamento Rural da CUT — Rondônia,
- 8 — Departamento Nacional dos Trabalhadores da CUT,
- 9 — Sindicato dos Químicos de São Paulo,
- 10 — Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP."

Gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, que, no caso daquela visita, tendo a companhia do Deputado Federal Ernesto, ali estivemos representando a Bancada Federal, na Câmara dos Deputados, do Partido dos Trabalhadores, do Líder Vladimir Palmeira, os Deputados Paulo Bernardo e Lourival Freitas e ainda gostaria de ter participado, mas não cabia no mesmo vôo, o Líder do PC do B na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, que também se empenhou para que houvesse essa visita do Ministro da Justiça ao Acre.

Diante das reivindicações do Comitê Chico Mendes, ressaltamos que foi importante a decisão do Ministro da Justiça de realizar essa viagem, de verificar *in loco* as condições que facilitaram a fuga dos assassinos de Chico Mendes, a precariedade daquele estabelecimento penal, o clamor das entidades diante de tanta impunidade, como colocada neste documento, e determinar, perante o Governador Romildo Magalhães, que, a partir de ontem, a Polícia Federal assuma os trabalhos de recaptura dos foragidos Darli Alves da Silva e Darcy Alves Pereira. Pois na presença do Governador Romildo Magalhães, determinou o Ministro da Justiça ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Amauri Galdino, que, de fato, coloque os seus delegados e investigadores da Polícia Federal presentes em Rio Branco no comando das ações de recaptura dos foragidos.

Diante do clamor para que houvesse a intervenção no Estado do Acre, é preciso agir com muita responsabilidade. Claro que o Ministro da Justiça, em princípio, quer manter a autonomia dos Estados da Federação. Seria necessário um documento muito bem consubstanciado, colocando razões de profundidade — e isso pelos canais competentes, a Assembléia Legislativa, o Congresso Nacional —, para que ocorresse uma eventual intervenção no Estado do Acre. Avalio que isso ainda não foi formulado de forma devida, para que estivessem as autoridades competentes examinando este caso.

Mas é muito importante que haja o maior rigor possível da parte do Governo Federal, do Ministério da Justiça, e com todo apoio do Congresso Nacional, que resolveu acompanhar de perto a ação do Governo Federal neste caso.

Por tudo que pudemos ouvir, houve conivência de algumas pessoas para facilitar a fuga dos foragidos. Que houve facilidade na Colônia Penal de Rio Branco — isto é visível —, haja vista a notícia de que, durante o carnaval, e após a fuga de Darli Alves da Silva e de Darcy Alves Pereira, ocorreu a fuga de mais três prisioneiros. Ora, continuam as condições de facilidade de fuga.

Diante da importância do caso, diante dos inúmeros casos de impunidade, não é possível que não se exija maior rigor nesta questão.

É preciso ressaltar que apesar de o Governador ter sido muito cortês com o Ministro da Justiça e com os representantes do Congresso Nacional que ali estiveram, causa estranheza que, num caso como este, o Governador Romildo Magalhães,

estando com o seu Secretariado de férias em Natal desde o dia 11, ao saber da fuga, ocorrida no dia 15, não tenha imediatamente se deslocado ao seu Estado para apurar mais concretamente o que estava acontecendo.

Então, é preciso que o Governador dê demonstração efetiva de que está interessado no problema e dê prioridade máxima à recaptura dos foragidos. Isso é da maior importância!

Com respeito ao outro item do documento do Comitê Chico Mendes, a reivindicação de que haja recursos para a construção ou reforma da Penitenciária de Rio Branco, coloca-se ali que seria importante que tais recursos não fossem repassados do Governo Federal para o Governo Estadual, o que demonstra que os membros do Comitê estão temerosos de que esses recursos possam ser desviados.

Aqui, neste ponto, cabe de fato a atenção de todos, porque já não é a primeira vez que isso se verifica. Ocorreram desvios de recursos com o episódio das obras de saneamento do Canal da Maternidade, em Rio Branco, onde tipicamente houve sobrefaturamento, objeto de apuração da CPI das Obras Públicas e da CPI do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. De fato, foi constatado um sobrepreço.

O Senador Nabor Júnior conheceu em profundidade esses documentos, conheceu o detalhamento da história, e ontem teve inclusive a oportunidade de expor minuciosamente os fatos para mim e para o Ministro da Justiça.

Então, as histórias que fizeram com que essa obra não fosse até hoje agilizada ainda estão em discussão. A Construtora Odebrecht está negociando com o Governo Estadual a realização da obra, até porque firmou um contrato com o Governo do Estado do Acre, segundo o qual se houver a descontratação caberia ao Estado o pagamento de multas significativas, o que tornaria muito dispendiosa a suspensão da obra. Tudo isso deve ser objeto de consideração.

Há ainda outro fato: o Ministro da Justiça conclamou o Senador Mansueto de Lavor, como Relator, a considerar as emendas que tratam da concessão de verbas para obras de reforma de penitenciárias ou de construção de estabelecimentos penais, não apenas em Rio Branco, mas também em outros Estados. Essa matéria ainda será objeto de votação pelo Congresso Nacional.

Por tudo isso, há que se ter atenção para a maneira como será administrada a obra e para o seu processo de licitação. Se a obra for realizada sob a forma de convênio entre os Governos Federal e Estadual, há que se ter atenção pormenorizada com a forma pela qual será realizada — aqui cabe a atenção do Congresso Nacional porque se trata de verba federal —, num exame detalhado.

Gostaria ainda de me colocar à disposição dos Senadores do Acre para examinarmos, passo a passo, a forma como será realizada a concorrência. Disponho-me, portanto, a ajudar a Bancada do Acre, no Senado, em relação a esse assunto.

O Sr. Nabor Júnior — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Ouço V. Ex^e, com prazer.

O Sr. Nabor Júnior — Senador Eduardo Suplicy, estou acompanhando com o maior interesse o relato que V. Ex^e está fazendo a respeito da viagem que empreendemos a Rio Branco, Capital do meu Estado, no dia de ontem, em companhia de S. Ex^e o Sr. Ministro da Justiça, Senador Maurício Corrêa. Reservei-me para também fazer uma prestação de

contas ao Senado após o discurso de V. Ex^o. Por isso não quis aparteá-lo no decorrer de seu pronunciamento. Mas, no momento em que V. Ex^o chama a atenção para o problema do repasse de recursos do Governo federal para que o Estado do Acre possa recuperar ou construir um novo estabelecimento prisional que ofereça condições de segurança àqueles que cumprem pena emanada da Justiça Estadual, quero dizer a V. Ex^o que estarei vigilante, juntamente com meus Colegas de Bancada que representam o Estado não só no Senado, mas no Congresso Nacional também, e que aceito a proposta que V. Ex^o acaba de formular de também desenvolver gestões no sentido de que esses recursos sejam aplicados realmente para a sua verdadeira destinação. Não podemos admitir mais que um Estado tão carente, como o Acre — V. Ex^o teve oportunidade de verificar isso ontem, juntamente com o Ministro Maurício Corrêa —, depois do empenho de tantas pessoas, inclusive do Ministro Maurício Corrêa, que encaminhou o Governador à presença do Relator-Geral do Orçamento, Senador Mansueto de Lavor, tenha esses recursos desviados da sua finalidade precípua. Temos a consciência de que muitas irregularidades têm sido praticadas no meu Estado, principalmente nos últimos tempos, e não podemos admitir que sejam desviados recursos que podem realmente ter uma aplicação que venha a beneficiar o Estado, principalmente nessa área de segurança pública, onde existe um verdadeiro caos! Tanto isso é notório, que não é a primeira vez que acontece fuga de presos da Penitenciária Francisco de Oliveira Cunha, em Rio Branco. Em novembro do ano passado, fugiram mais de vinte presos e só meia dúzia deles foi recapturada, alguns dos quais eram de alta periculosidade e já tinham atuado em Estados vizinhos, como Rondônia e Amazonas. Recentemente, a fuga de Darli Alves e de seu filho Darci veio comprovar não só a insegurança daquele presídio, mas também até um pouco de conivência das autoridades estaduais, que já estavam anunciando, com antecedência, que esse fato poderia ocorrer a qualquer momento. Também está sendo muito questionado pela Imprensa do Acre e pelos correspondentes dos principais jornais sediados em Rio Branco, como V. Ex^o teve oportunidade de constatar, o fato de que o Governador Rómulo Magalhães, que viajou no dia 11 de fevereiro para participar, inicialmente, da reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, realizada em São Luís do Maranhão, e posteriormente integrou uma caravana de quarenta pessoas que foi passar o período das festas carnavalescas em uma das praias de Natal, tenha assinado um fax, no dia 15 de fevereiro, transmitido da sede do Governo Estadual para o Sr. Ministro da Justiça, comunicando esse lamentável acontecimento, apesar de se encontrar numa praia a 50 quilômetros de Natal. Ou seja: um fax, com a assinatura do Governador, foi expedido de Rio Branco, sede do Governo Estadual, quando S. Ex^o nem se encontrava no Estado. A Imprensa Acreana e a Nacional estão estranhando o fato de que, apesar de o Governador não estar presente, o fax ter sido expedido com a sua assinatura, dando a entender que, antes de viajar, no dia 11 de fevereiro, já o redigira e assinara, comunicando a fuga, que só se verificou no dia 15. Agradeço a V. Ex^o não só pelo interesse em visitar nosso Estado, nessa circunstância bastante delicada para o conceito do nosso Estado perante as demais Unidades da Federação e a comunidade internacional, como, também, por estar fazendo da tribuna do Senado Federal esse relato circunstanciado da visita que realizamos, ontem, a Rio Branco em companhia do Ministro Maurício Corrêa. Muito Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPILY — Agradeço o aparte de V. Ex^o, prezado Senador Nabor Júnior. É interessante observar como, no Senado Federal, temos a oportunidade de aprender com os nossos colegas. Gostaria de dizer, pessoalmente, que ontem foi um dia em que muito aprendi com V. Ex^o porque, ao longo de toda a nossa viagem, desde sete e pouco da manhã, quando partimos, até aqui chegarmos quase à meia-noite, tivemos um longo diálogo com o Ministro da Justiça, com o Diretor-Geral Amaury Galdino e com o Deputado Federal Ernesto Gradella. V. Ex^o, com seus conhecimentos, também da época em que governou o Estado, muito nos ensinou a respeito da vida dos seringueiros, da produção da borra-chá, da criação do gado, enfim, de todos os aspectos da economia do Acre, além de nos relatar detalhes sobre os procedimentos por parte das autoridades, dos governantes e dos membros do Poder Legislativo nos diversos níveis.

Quero dizer que muito aprendi com V. Ex^o no dia de ontem. Foi uma oportunidade importante para nós, para mim próprio.

Gostaria de enfatizar que o Ministro da Justiça, ontem, mencionou a necessidade de se dar uma resposta para tranquilizar a sociedade brasileira e restaurar a dignidade do Brasil perante as nações do mundo. Isto há que ser feito com a recaptura dos foragidos Darly Alves da Silva e Darcy Alves Pereira. Esforços não podem ser minimizados para tal finalidade.

Gostaria ainda de ressaltar, relativamente aos episódios da vida do Estado do Acre, que ontem também tivemos a oportunidade de dialogar com Fátima de Almeida Pinto, viúva do Governador Edmundo Pinto tragicamente assassinado em maio do ano passado, bem como com a Sr^a Angelina, mãe do Governador Edmundo Pinto. Ambas fizeram um apelo dramático ao Ministro da Justiça, Senador Maurício Corrêa, para que o Governo e a Polícia Federal possam colaborar para que sejam desvendadas, de maneira mais profunda possível, e não deixando qualquer dúvida, as circunstâncias do assassinato do Governador Edmundo Pinto, do Estado do Acre, ocorrido no Hotel Della Volpe, na Cidade de São Paulo, em maio do ano passado.

Expressou a Sr^a Fátima Almeida Pinto que o Governador Edmundo Pinto iria depor, dois dias após o assassinato, justamente na CPI das Obras Públicas, que estava examinando a questão das obras do Canal da Maternidade, obra esta que havia sido na licitação destinada à empresa Odebrecht.

Disse a Sr^a Fátima Almeida Pinto que, para diversas pessoas e publicamente, o Governador Edmundo Pinto havia afirmado que, em seu depoimento, iria lavar a alma do povo do Acre — esta foi a expressão — o que certamente significa que iria fazer revelações de grande relevância.

Quais foram as circunstâncias da morte, do assassinato do Governador Edmundo Pinto? Ele estava hospedado num hotel em São Paulo, em outro quarto estava o seu chefe de gabinete, em outros dois quartos estavam diretores da Odebrecht. Estava hospedado naquele andar também um norte-americano. Duas pessoas haviam conseguido a chave-mestra daquele andar, conseguiram subir pelas escadas de segurança, entraram no quarto do americano que, em princípio, é um executor de operações de câmbio de instituição financeira internacional, tipicamente um *expert* que transfere recursos das mãos de homens de negócios no Brasil para o exterior e Vice-versa. Este homem teria sido assaltado por aqueles dois que adentraram o hotel, e teve as mãos e outras partes do corpo amarradas. No entanto, conseguiu fazer uma ligação

com os pés, que não foi para a portaria do hotel nem para qualquer outra pessoa, senão para a sua empresa nos Estados Unidos, uma ligação internacional. Avisou no exterior que foi assaltado, e mediante esse aviso, a polícia acabou sendo comunicada e acionada para então encontrar morto em seu quarto, naquele hotel, o Governador Edmundo Pinto, ferido mortalmente com um tiro no seu coração.

Será que foi simplesmente um assalto? Parece ser esta a conclusão para a qual está encaminhando o inquérito! Ora, é mais do que justo que este apelo da Srª Fátima Almeida Pinto — que é também do povo do Acre — seja ouvido pelo Ministro da Justiça.

O Ministro Maurício Corrêa, ao ouvir o apelo da Srª Fátima Almeida Pinto e da Srª Angelina, mãe do Governador, disse que gostaria de recebê-las proximamente, aqui em Brasília, pois pretende agir levando em conta esse anseio de maiores esclarecimentos.

Gostaria de assinalar o seguinte: No caso do Acre, o Governador Romildo Magalhães fez um apelo ao Sr. Ministro da Justiça para que pudesse, através da Polícia Federal, ajudar na recaptura dos foragidos assassinos de Chico Mendes. Respeitando a autonomia do Estado do Acre, o Governo Federal resolveu agir.

No caso do assassinato do Governador Edmundo Pinto, como fica a questão?

Explicou-nos o Ministro da Justiça que caberia a colaboração da Polícia Federal, desde que o Governador do Estado de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho, faça o apelo para que haja essa cooperação.

Ora, em se tratando do assassinato do Governador do Estado do Acre, Edmundo Pinto, ocorrido no Estado de São Paulo, na sua Capital, e diante desse apelo, solicito ao Governador Luís Antônio Fleury Filho, que S. Exª converse com o Ministro da Justiça.

Dante do apelo da viúva do Governador Edmundo Pinto, seria importante que a Polícia Federal auxiliasse na investigação, na apuração em profundidade para que não pairem mais dúvidas. Em princípio, as circunstâncias denotam que pode ter ocorrido latrocínio, mas o conjunto de circunstâncias, o fato salientado pela viúva do Governador do Acre, Fátima Almeida Pinto, que naquele dia se encontravam diversas pessoas do Estado do Acre hospedadas no hotel e algumas não hospedadas, mas que foram vistas no local, o fato de estarem ali diretores da Odebrecht que estariam dialogando sobre o depoimento do Governador Edmundo Pinto, o qual seria realizado dois dias após, na CPI do Senado Federal, tudo isso faz com que a nós, Senadores, caiba a responsabilidade de dizer ao Governador Luís Antônio Fleury Filho que atenda esse apelo de maior rigor na apuração, em resposta a um anseio que é do povo do Acre. Faço, portanto, este apelo, da tribuna do Senado Federal, o qual renovarei pessoalmente ao Governador Luís Antônio Fleury Filho, para que haja total rigor na apuração desse fato, inclusive perante a juíza que está cuidando do caso, e com a cooperação da Polícia Federal na apuração pormenorizada de tudo aquilo que possa ser indício de possível causa e responsabilidade no assassinato do Governador Edmundo Pinto.

Gostaria, concluindo, Sr. Presidente, de também acrescentar, no meu depoimento, o documento da Deputada Marina Silva, líder do PT na Assembléia Legislativa do Acre, porque, em seu relatório sobre elementos relativos à fuga dos assassinos de Chico Mendes, há algumas informações adi-

cionais que considero relevante registrar, a par de outras que já foram aqui assinaladas.

Diz a Deputada Marina Silva em seu documento:

“A Bancada do PT, através de sua liderança, Marina Silva, no exercício de suas funções e compromissos, coloca a disposição dos companheiros(as) os elementos de informação que segue:

1. É do conhecimento da comunidade nacional e internacional que no dia 28 de dezembro de 1988, em sua residência, em Xapuri, a 180 Km de Rio Branco — Acre, foi assassinado o seringueiro e líder sindical Francisco Mendes Filho, o companheiro Chico Mendes, com um tiro de escopeta, disparado por Darci Alves Pereira, a mando de seu pai Darly Alves da Silva. Darci Alves Pereira confessou o assassinato;

2. O fazendeiro Darly Alves da Silva e seu filho, Darci Alves Pereira foram presos, julgados e condenados pelo Tribunal do Júri Popular em Xapuri, no dia 12 de dezembro de 1990, por 6 votos a 1. Os réus foram condenados a 19 anos de prisão. O Juiz Adair Longuini destacou os péssimos antecedentes de Darly Alves da Silva e Darci Alves Pereira, acusados de outros crimes;

3. No dia 28 de fevereiro de 1992, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, anulou o julgamento de Darly Alves da Silva, aceitando o recurso dos Advogados de defesa, Rubens Lopes Torres e Armando Reigotta, que alegaram não haver provas suficientes para incriminá-lo como mandante. Os advogados de acusação entraram com recurso no Supremo Tribunal de Justiça em Brasília, o qual ainda não foi julgado;

4. No dia 15 de fevereiro de 1993, por ocasião da contagem dos presos no chamado “Pavilhão de Segurança Máxima” da Penitenciária Dr. Francisco D’Oliveira Conde, a Polícia Militar, responsável legalmente em dar guarda e segurança aos presos, sentiu a ausência de Darly Alves da Silva e Darci Alves Pereira, além de outros 7 presos;

5. Afirmações feitas por autoridades no Acre, reconhecem:

5.1 “A fuga não constituiu nenhuma surpresa” (Américo Carneiro Paes, Secretário-interino de Justiça e Segurança Pública do Acre”);

5.2 “Darly Alves da Silva e Darci Alves Pereira, permaneciam em uma cela em que a grade da janela se encontrava serrada há uma semana” (Nilson Alves, Diretor da Penitenciária Dr. Francisco D-Oliveira Conde);

5.3 — “Tínhamos informações de que Darly Alves da Silva e Darci Alves Pereira fugiram dias antes do Carnaval e eles se anteciparam”. (Comandante da Polícia Militar, Jair Thomas, em audiência concedida ao Comitê Chico Mendes, juntamente a Comissão dos deputados estaduais do Acre);

5.4 — “De acordo com a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, a responsabilidade da guarda e segurança de Darly Alves da Silva e Darci Alves Pereira é da Polícia Militar do Estado do Acre”;

5.5 — “Houve negligência generalizada não só por parte da Polícia Militar do Acre, mas também do Estado” (Cf — 5.3);

5.6 — "Darly Alves da Silva vai dizer que é obrigado a fugir" (Cf — 5.3);

Tudo isto, segundo esses documentos citados.

5.7 — "Não estar existindo uma ação conjunta entre as polícias para capturar os fugitivos, apenas 17 policiais militares, 10 agentes federais e 50 policiais civis estão trabalhando na captura dos fugitivos de forma isolada";

5.8 — "A fuga desses presos poderá sensibilizar o Governo Federal a liberar recursos para a construção da nova penitenciária";

5.9 — "Meu constituído Darly Alves da Silva e Darcy Alves Pereira se entregaram após o crime do agricultor Acyr Urrizi, ocorrido em 1973, no Estado do Paraná, em Umuarama, prescrever, ou mediante apresentação de carta precatória, trazida por mim, seu advogado. Fora isso, jamais ele será preso" (Advogado Rubens Torres);

5.10 — O FAX nº 023/1993" — citado pelo Sr. Senador Nabor Júnior — "que comunica ao Ministro da Justiça, Exmoº Sr. Maurício Corrêa, a fuga de Darly Alves da Silva e Darcy Alves Pereira, encontra-se data-dado da seguinte forma, em papel timbrado: "Rio Branco — Acre, 15 de fevereiro de 1993", e assinado pelo Governador do Estado do Acre, Sr. Romildo Magalhães da Silva. Este se encontra ausente do Estado desde o dia 11 de fevereiro de 1993 — até há poucos dias, quando voltou ao Acre. Isto nos leva a admitir que a comunicação da fuga estava assinada quando antes do dia da fuga ocorrer. (Cf — Publicação do Jornal A Gazeta — Rio Branco-Acre, edição de 16/02/93.)

Solicitamos o envio de FAX, TELEX, TELEGRAMAS, PRONUNCIAMENTOS e outros, ao Ministro da Justiça, Governador do Estado do Acre, Comandante da Polícia Militar do Acre, Secretário de Segurança Pública do Acre, Superintendente da Polícia Federal do Estado do Acre e Diretor do Presídio Dr. Francisco D'Oliveira Conde em Rio Branco-Acre.

Sendo o que dispomos para o momento".

Esse documento é da Deputada Marina Silva, datado de 19 de fevereiro de 1993.

Eram essas, Sr. Presidente, as informações que avaliei como importantes, aqui, registrar sobre a visita que fizemos, ontem, ao Acre, querendo ressaltar, ainda, que constitui deliberação da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, inclusive com a recomendação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estarmos atentos à questão da recaptura dos foragidos para que não seja mais o Acre, o Brasil, terra da impunidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DURANTE O DISCURSO DO SR. EDUARDO SUPlicy, O SR. NABOR JÚNIOR, 2º SECRETÁRIO, DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. CÉSAR DIAS.

O SR. PRESIDENTE (César Dias) — Concédo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, cumpro o duplo dever de transmitir à Casa novas informações sobre a fuga dos assassinos de Chico Mendes e de relatar os fatos colhidos, ontem, em Rio Branco, onde estive em companhia

do Ministro da Justiça e do Senador Eduardo Suplicy, o qual já teceu considerações sobre essa importante viagem.

A fuga previsível e vexatória de Darly Alves da Silva e Darcy Alves Pereira, no último dia 15, continua exigindo esclarecimentos e providências imediatas para a captura dos criminosos, mas não pode, em hipótese alguma, ser incluída no rol das façanhas praticadas em outras penitenciárias por outros apenados. Disse fuga previsível e reafirme: ninguém ignorava que ambos se evadiriam da penitenciária assim que o desejasse; disse fuga vexatória e também reafirme: esse episódio contribui, mais uma vez, para envergonhar e constranger a brava comunidade acreana, que já não suporta os maus-tratos e o descaso com que sempre foi historicamente tratada.

A violência fundiária e os assassinatos de líderes rurais não são, infelizmente, fatos raros neste País. As situações explosivas e de alto potencial conflitante já foram por mim enfrentadas, quando tive a honra de governar o Acre, de 1983 a 1986. E foi nessa época que tive freqüentes contatos com Chico Mendes, líder maior dos seringueiros e dos trabalhadores na agricultura e no extrativismo de importantes regiões que abrangiam diversos municípios. Convivemos, antes, no mesmo MDB, eu como Deputado Estadual e ele como Vereador de Xapuri, sempre alerta e denunciando os prejuízos que o Estado sofreria com a política da "colonização pela pata do boi"; ouvi-o, inúmeras vezes, argumentar contra a transformação em pastagens de antigas regiões produtoras de látex, castanha e outros produtos naturais.

As portas do Palácio Rio Branco e de minha residência, no período como Governador, sempre estiveram franqueadas a Chico Mendes e às suas cobranças legítimas, objetivas, voltadas para a preservação da ecologia regional. Ele e outros dirigentes sindicais ou comunitários abordavam com franqueza todos os problemas e, não raro, propicie reuniões e debates dessas lideranças obreiras com representantes dos fazendeiros e empresários que se opunham a suas propostas.

E acredito ser legítimo o meu orgulho de, nesses quase quatro anos de administração, não se ter registrado um único assassinato de trabalhador e líder rural — embora o crescimento do rebanho bovino tenha permitido o pleno abastecimento de carne ao Estado, livrando-nos da antiga dependência da Bolívia, em cuja pecuária fámos adquirir aquele produto.

Faço estas considerações, Sr. Presidente, para que os meus nobres Pares possam alcançar o sentimento de perda que me atingiu quando Chico Mendes foi massacrado e a indignação que sinto, agora, ante a facilidade propiciada para a fuga de seus algozes.

Os aspectos factuais da viagem de ontem a Rio Branco já foram relatados, há instantes, pelo eminente Senador Eduardo Suplicy, abordando, inclusive, os importantes documentos entregues ao Ministro e aos parlamentares, por entidades e pessoas ligadas à luta de Chico Mendes.

São relatórios impressionantes, que apontam o conluio entre a impunidade e o aumento da violência, descrevendo desde a fermentação das agressões criminosas até a morosidade em sua apreciação policial e judicial, culminando com o episódio vergonhoso da fuga dos mais notórios assassinos que o Acre já conheceu.

Como representante do Estado do Acre no Senado da República, não poderia deixar sem registro o desalento e a revolta que tais ocorrências têm causado no bravo, pacato e ordeiro povo acreano, hoje exposto à curiosidade e à execração até mesmo internacional, sob críticas e suspeitas da imprensa, dos organismos governamentais e não-governamentais

e proteção ao meio ambiente, e de grandes parcelas da consciência preservacionista do Brasil e de outros países.

Além dos prejuízos morais e judiciais, a evasão dos criminosos está causando, também, perdas materiais insuportáveis: entidades preservacionistas e instituições científicas começam a suspender e a ameaçar suspender contribuições para a Fundação Chico Mendes, o Sindicato Rural de Xapuri, bem como projetos ecológicos inspirados na consciência e nas bandeiras de Chico.

Quero, aqui, endossar as palavras do meu estimado colega de Senado e de viagem, Senador Eduardo Suplicy, permitindo-me não repetir seu relato minucioso da missão, como a reunião realizada com o Governador Romildo Magalhães, Secretários de Estado, Deputados Federais, Deputados Estaduais e outras autoridades de alto nível, na qual o Chefe do Executivo Estadual fez uma exposição sobre as providências adotadas pela polícia local e o relatório encaminhado à Polícia Federal.

Mas não posso, entretanto, deixar sem registro a péssima impressão causada pela Penitenciária Francisco de Oliveira Conde, cujas condições de segurança estão muito abaixo de qualquer padrão aceitável. Tão grave quanto as deficiências do prédio é a situação dos presos que cumprem suas penas de modo degradante, subumano e vergonhoso.

Tomamos conhecimento, estarrecidos, de fatos decorrentes dessa situação, em contatos mantidos com a Srª Izamar Gadelha Mendes, presidente da Fundação Chico Mendes, viúva do líder assassinado; com a viúva do ex-Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto; com a ex-Governadora Iolanda Ferreira Lima, que teve, ainda, reuniões em separado, com o Ministro da Justiça e com este orador; e, finalmente, a reunião mantida pela comitiva com o Bispo D. Moacir Grechi e os membros do Comitê Chico Mendes, no auditório da Prelazia.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Ouço, com a satisfação e o interesse de sempre, o aparte de V. Ex^e

O Sr. Eduardo Suplicy — Quero salientar, Senador Nabor Júnior, que tivemos a prestimosa colaboração do Prefeito de Rio Branco, Jorge Viana, que, inclusive, esteve aqui na quinta-feira anterior ao Carnaval, e que muito ajudou a nossa comitiva no levantamento de informações, participando de toda a nossa visita ao longo do dia. Quero, assim, externar aqui, publicamente, o nosso agradecimento ao Prefeito Jorge Viana, ao lado do nosso agradecimento às outras autoridades que colaboraram para que a nossa visita fosse a mais produtiva possível.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço a V. Ex^e esse adendo que fez. Quero, realmente, referendar com todo o prazer a participação, desde o primeiro momento de nossa chegada a Rio Branco até a partida de regresso a Brasília, do Sr. Jorge Viana, Prefeito de Rio Branco — que, inclusive, teve atuação decisiva na formação e na efetivação da agenda de contatos mantidos pelo Ministro da Justiça e sua comitiva, da qual eu e o Sr. Eduardo Suplicy participamos. Foi graças ao Prefeito Jorge Viana, repito, que pudemos cumprir, em poucas horas, tantos e tão importantes encontros com lideranças sindicais, representantes comunitários, membros da comunidades preservacionista e dirigentes eclesiásticos.

O Estado do Acre, por meu intermédio, agradece ao Ministro da Justiça, nosso nobre Colega, Senador Maurício Corrêa, que atendeu ao convite para inspecionar as provindências e determinar medidas imediatas para capturar novamente os assassinos de Chico Mendes. A partir dessa viagem, certamente a Polícia Federal agirá com eficácia e urgência.

Desejo agradecer, igualmente, ao Senador Eduardo Suplicy, cujo alto conceito hoje transcende às divisas estaduais de São Paulo e se projeta nacionalmente como um dos mais dignos membros do Congresso. Registro aqui, também, o convite formulado por ele ao Deputado Ernesto Gradella, de São Paulo, que viajou de sua cidade até o Acre especialmente para se integrar à comitiva.

Quero fazer justiça aos componentes da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado do Acre, hoje vitimados pela total ausência de recursos para sua tarefa. Não se pode atribuir apenas às corporações a responsabilidade pela fuga de Darli e Darci — cujas origens são facilmente encontráveis nas precrimissimas condições de segurança apresentadas pela Penitenciária Francisco de Oliveira Conde, em Rio Branco.

O fato, entretanto, é que as autoridades estaduais falharam redondamente na tarefa de manter presos aqueles criminosos, assim como, agora, estão falhando na obrigação de recapturá-los. E a importância da visita do Ministro da Justiça está, realmente, na intensificação dos trabalhos por parte da Polícia Federal, para encontrar e levar de novo para as grandes aqueles evadidos.

A participação das autoridades federais é uma imposição, realista em indispensável, da própria consciência nacional. Porque a fuga de bandidos tão notórios é uma agressão à dignidade de todo povo brasileiro e não apenas da comunidade onde eles praticaram seu nefando crime. Pode ter havido convivência de elementos isolados da administração estadual, mas isso não exclui a responsabilidade de toda a sociedade brasileira no episódio.

É o registro que, embora lamentando, sou obrigado a fazer, para que os Anais da Casa e os futuros pesquisadores desta época comprovem a vigilância, o civismo e a firmeza com que agimos em defesa da dignidade nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Dias) — A Mesa congratula-se com o discurso dos Senadores Eduardo Suplicy e Nabor Júnior.

Esgotou-se hoje o prazo previsto no art. 91, § 3º do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido de inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1991, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que estabelece normas para a industrialização e a comercialização de substâncias minerais metálicas.

A matéria foi rejeitada em apreciação conclusiva pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O projeto vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (César Dias) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 20, DE 1992
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1992 (nº 7.445/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Valmir Campelo.

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 146, DE 1992
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 1992 (nº 3.354/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos em comissão na Secretaria do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo — SP, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Valmir Campelo.

— 3 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 12, DE 1993
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 12, de 1993, que autoriza a re-ratificação da Resolução nº 92, de 1992, que autorizou o Governo do Estado de Sergipe a emitir 395.369.000.000 LFT/SE.

— 4 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Nº 61/91, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Convenção nº 141 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, relativa às organizações de trabalhadores rurais e sua função no desenvolvimento econômico e social, adotada em Genebra, em 1975, durante a 60ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (dependendo de parecer).

O SR. PRESIDENTE (César Dias) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas 10 minutos.)

MESA	LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PTB
Presidente Humberto Lucena - PMDB - PB	Líder Pedro Simon	Líder Louremberg Nunes Rocha
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues - PSDB - PI	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líderes Valmir Campelo
2º Vice-Presidente Levy Dias - PTB - MS	Líder Mauro Benevides	Jonas Pinheiro
1º Secretário Júlio Campos - PFL - MT	Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho	LIDERANÇA DO PDT
2º Secretário Nabor Júnior - PMDB - AC	Garibaldi Alves Filho	Líder
3º Secretário Júnia Marise - PRN - MG	José Fogaca	Vice-Líder
4º Secretário Nelson Wedekin - PDT - SC	Ronaldo Aragão	Magno Bacelar
Suplentes de Secretário Lavoisier Maia - PDT - RN	Mansueto de Lavor	LIDERANÇA DO PRN
Lucídio Portela - PDS - PI	LIDERANÇA DO PSDB	Líder
Beni Veras - PSDB - CE	Líder Mário Covas	Ney Maranhão
Carlos Patrocínio - PFL - TO	Vice-Líder Jutahy Magalhães	Vice-Líder
	LIDERANÇA DO PFL	Áureo Mello
	Líder Marco Maciel	LIDERANÇA DO PDS
	Vice-Líderes Elcio Álvares	Líder
	Odacir Soares	Esperidião Amin
	LIDERANÇA DO PSB	LIDERANÇA DO PDC
	Líder José Paulo Bisol	Líder
		Epitácio Cafeteira
		LIDERANÇA DO PT
		Líder
		Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares

PMDB

Amir Lando
Antonio Mariz
Cid Sabóia de Carvalho
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Nelson Carneiro
Pedro Simon
Alfredo Campos

Suplentes

Wilson Martins
Aluizio Bezerra
César Dias
Garibaldi Alves Filho
Divaldo Suruagy
Nabor Júnior
Ronaldo Aragão
João Calmon

PFL

Josaphat Marinho
Francisco Rollemberg
Carlos Patrocínio
Odacir Soares
Elcio Álvares

PSDB

Eva Blay
Jutahy Magalhães
Beni Veras

PTB

Luiz Alberto
Valmir Campelo

PDT

Magno Bacelar

PRN

Júnia Marise

PDC

Amazonino Mendes

PDS

Esperidião Amin

PSB + PT

José Paulo Bisol

PST

Chagas Rodrigues
Teotônio Vilela Filho
Almir Gabriel

Vaga cedida p/ o PST (*)
Louremberg Nunes Rocha

Pedro Teixeira

Áureo Mello

Moisés Abrão

Jarbas Passarinho

Eduardo Suplicy

Enéas Faria (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes – Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares

PMDB

Amir Lando
Antonio Mariz
César Dias
Cid Sabóia de Carvalho
Divaldo Suruagy
Garibaldi Alves Filho
Wilson Martins
João Calmon

Suplentes

Alfredo Campos
Flaviano Melo
Irapuan Costa Júnior
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Nabor Júnior
Nelson Carneiro
Ronan Tito

Ronaldo Aragão
Onofre Quinan

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

PTB

Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)
Jonas Pinheiro

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

PRN

Ney Maranhão
Áureo Mello

PDC

Epitácio Cafeteira

PDS

Lucídio Portella

PSB + PT

Eduardo Suplicy

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito – Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões – Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

(Vaga cedida para o PT)

Aluizio Bezerra

César Dias

Mansueto de Lavor

Nabor Júnior

José Fogaça

Ronan Tito

Ruy Bacelar

Ronaldo Aragão

PFL

Amir Lando

Antonio Mariz

Cid Sabóia de Carvalho

Divaldo Suruagy

Wilson Martins

João Calmon

Onofre Quinan

Pedro Simon

Humberto Lucena

Guilherme Palmeira

Meira Filho

Raimundo Lira

Henrique Almeida

Dario Pereira

João Rocha

Odacir Soares

Belo Parga

Júlio Campos

Álvaro Pacheco

Elcio Álvares

Josaphat Marinho

PSDB		PDS	
Mário Covas	Fernando H. Cardoso (*)	Jarbas Passarinho	Lucídio Portela
José Richa	Almir Gabriel	PSB + PT	
Beni Veras	Chagas Rodrigues	Vaga cedida para o PMDB (*)	Vago
Affonso Camargo	PTB	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos	
Valmir Campelo	Louremberg Nunes Rocha	Ramais: 3496 e 3497	
Levy Dias	Jonas Pinheiro	Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas	
Nelson Wedekin	Marluce Pinto	Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa –	
Lavoisier Maia	PDT	Anexo das Comissões – Ramal 3546	
Júnia Marise	Darcy Ribeiro	(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações	
Albano Franco	Pedro Teixeira	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI	
Moisés Abrão	PRN	(23 Titulares e 23 Suplentes)	
Esperidião Amin	PDC	Presidente: Júlio Campos	
Eduardo Suplicy	PDS	Vice-Presidente: Mário Covas	
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE		Titulares	
(19 Titulares e 19 Suplentes)		Suplentes	
Presidente: Irapuan Costa Júnior		PMDB	
Vice-Presidente: Lourival Baptista		Flaviano Melo	
Titulares		Wilson Martins	
Aluizio Bezerra	PMDB	Irapuan Costa Júnior	
Irapuan Costa Júnior		Nabor Júnior	
Nelson Carneiro		Onofre Quinan	
Pedro Simon		Divaldo Surugay	
Ronaldo Aragão		Ruy Bacelar	
Ronan Tito		Garibaldi Alves Filho	
Humberto Lucena (*)		PFL	
Marco Maciel	PFL	Dario Pereira	
Guilherme Palmeira		Henrique Almeida	
Lourival Baptista		Lourival Baptista	
Álvaro Pacheco		Júlio Campos	
José Richa	PSDB	Hydekel Freitas	
Chagas Rodrigues		PSDB	
Jonas Pinheiro	PTB	Teotônio Vilela Filho	
Marluce Pinto		Mário Covas	
Pedro Teixeira	PDT	Fernando H. Cardoso (*)	
Albano Franco	PRN	PTB	
Moisés Abrão	PDC	Marluce Pinto	
PDT		Lourembreg N. Rocha	
PRN		PDT	
PDS		Pedro Teixeira	
PSB + PT		PRN	
PST		Ney Maranhão	
PST		PDC	
PDS		Gerson Camata	
PSB + PT		PDS	
PST		João França	
PST		Eduardo Suplicy	
PST		PSB + PT	
PST		José Paulo Bisol	
PST		Enéas Faria (*)	
Secretário: Celso Antony Parente – Ramais 3515 e 3516		Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas	
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286		(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 (27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Louremberg Nunes Rocha
 Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares

Alfredo Campos
 Juvêncio Dias
 Flaviano Melo
 Garibaldi Alves Filho
 João Calmon
 José Fogaça
 Mansueto de Lavor
 Humberto Lucena
 Amir Lando

Suplentes

PMDB

Aluizio Bezerra
 Cid Sabóia de Carvalho
 Irapuan Costa Júnior
 Nelson Carneiro
 Wilson Martins
 Ronaldo Aragão
 Ronan Tito
 Ruy Bacelar
 Vago

PFL

Josaphat Marinho
 João Rocha
 Meira Filho
 Álvaro Pacheco
 Júlio Campos
 Bento Parga

Dario Pereira
 Odacir Soares
 Francisco Rollemburg
 Guilherme Palmeira
 Carlos Patrocínio
 Henrique Almeida

PSDB

Almir Gabriel
 Teotônio Vilela Filho
 Eva Blay

Mário Covas
 Beni Veras
 José Richa

Louremberg Nunes Rocha
 Jonas Pinheiro
 Levy Dias

PTB

Luiz Alberto
 Marluce Pinto
 Vaga cedida p/ o PST (*)

Darcy Ribeiro
 Lavoisier Maia

PDT

Pedro Teixeira
 Nelson Wedekin

Áureo Mello
 Júnia Marise

PRN

Ney Maranhão
 Albano Franco

Amazonino Mendes

PDC

Gerson Camata

Jarbas Passarinho

PDS

Esperidião Amin

PST

Enéas Faria (*)

Secretaria: Mônica Aguiar Inocente –
 Ramais 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 3121
 (*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

SEÇÃO II (Senado Federal)

Seção de Remessas Postais 311-3728

Seção de Cobrança 311-3803

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil Agência 0452-9 CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728
na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações
Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*

Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*

A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnaldo Wald*

A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*

A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*

Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Controle parlamentar da administração – *Odette Medauar*

Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Adhemar Ferreira Maciel*

O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*

Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*

A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*

Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – Dr. *Daniel E. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M. Loza Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal – Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes. CEP 70160-900 Brasília. DF. Telefones 311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 1.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e
311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e
311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

- A primeira Constituição Republicana do Brasil - *Alcides de Mendonça Lima*
Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*
Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*
Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Cocalho*
Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*
.....
Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*
Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*
Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*
As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*
Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Lauhé*
A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*
Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*
Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

- Auditória e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*
Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*
O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
.....
Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*
O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Juruena Villela Souto*
Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*
Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*
A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*
Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*
PESQUISA - Direito Comparado
Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961
Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978
Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.